



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento

SHEILA MARIA DE ALBUQUERQUE VAZ

**ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS
UTILIZADAS NA DEFESA DOS PARLAMENTARES
ENVOLVIDOS NO EPISÓDIO DO MENSALÃO**

**Brasília
Outubro/2006**

SHEILA MARIA DE ALBUQUERQUE VAZ

**ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS
UTILIZADAS NA DEFESA DOS PARLAMENTARES
ENVOLVIDOS NO EPISÓDIO DO MENSALÃO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como requisito parcial para a obtenção do
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa, Texto e Discurso,

Orientadora: Francisca Cordélia de
Oliveira da Silva.

**Brasília
Outubro/2006**

Aos meus pais, pelo amor, pelas valiosas lições de vida e pela presença constante.

Às minhas filhas e ao meu esposo, pelo apoio, pela paciência, pela compreensão das horas roubadas ao seu convívio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção e pela força que nos sustenta a cada dia. À minha família, pelo apoio e pelo carinho. Aos meus professores, por terem compartilhado seu inestimável saber durante o trajeto deste estudo.

Aos meus colegas, pelo estímulo e solidariedade. À minha orientadora, Professora Francisca Cordélia de Oliveira da Silva, cuja experiência e conhecimentos possibilitaram a realização deste trabalho.

RESUMO

A língua, ao contrário de ser uma estrutura geral e abstrata de signos, é algo vivo. O falante escolhe certos vocábulos em detrimento de outros e tal escolha não é aleatória. O presente trabalho, cujo tema é o estudo das estratégias argumentativas utilizadas na defesa de parlamentares envolvidos no episódio do mensalão, tem por objetivo identificar, num caso específico e concreto, o aspecto inegável e preponderantemente argumentativo da língua. Com esse objetivo, consultamos os discursos analisados no site da Câmara dos Deputados. Nosso estudo se baseou nas obras de diferentes autores, que abordam a língua sob o aspecto da interação, da intenção e da argumentação. Como resultado deste estudo, tivemos oportunidade de ver como a teoria apresentada e o uso que fazemos da língua estão ligados um ao outro, de tal sorte que não podemos negar o fato de que a língua é um construto histórico-social que possui sua dinâmica própria.

Palavras-chave: língua, discurso, argumentação.

ABSTRACT

Language, unlike being an abstract or general structure of signs, is something alive. One chooses from one set of words instead of choosing from another set of words and he/she doesn't do so randomly. In the present work our goal is to identify in the defense speeches presented by congressmen charged in the episode known as mensalão the undeniable as well as the major role argumentation plays in how we use language. For such purpose we looked up the speeches under analysis in the site of the Câmara dos Deputados. Our study was based upon the works of different authors who approach language as related to interaction, intention and argumentation. As a result of this study we were able to actually witness how the theory presented and the use of language are linked to one another in such a way we can no longer deny both historical and social aspects of language as well as its own dynamics.

Key words: language, discourse, argumentation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS	11
2.1 A Análise do Discurso.....	11
2.1.1 O Discurso.....	13
2.1.2 Língua e Ideologia.....	14
2.1.3 A Formação Discursiva.....	22
2.1.4 Monologismo x Dialogismo.....	25
2.1.5 A Intertextualidade.....	30
2.2 A Argumentação na Comunicação.....	33
2.2.1 A Nova Retórica.....	33
2.2.2 Argumentação e Cidadania.....	34
2.2.3 O Campo da Argumentação.....	34
2.2.4 A Dinâmica Argumentativa.....	40
2.2.5 O Enquadramento do Real.....	41
2.2.6 Argumentos Conservadores e Inovadores.....	42
2.2.7 O Apelo a Pressupostos Comuns.....	45
2.2.8 O Reenquadramento do Real.....	48
2.2.9 Tipos de Argumentos.....	53
2.3 O Ethos: a Imagem do Si no Discurso.....	57
2.4 A Ideologia Presente na Língua: as Idéias de Thompson.....	63
2.5 Conclusão das Referências Teóricas.....	72
3 METODOLOGIA	73
3.1 O Tema.....	73
3.1.1 As Questões de Pesquisa.....	73
3.1.2 A Coleta de Dados.....	73
3.1.3 Justificativa da Coleta de Dados.....	74
3.1.4 A Análise Empreendida.....	75
3.2 A Análise Qualitativa.....	75
3.3 Conclusão da Metodologia.....	78

4 A ANÁLISE DO CORPUS	79
4.1A abordagem quanto à Família, ao Sofrimento, à Humilhação Pública....	79
4.2 A Recorrência a Citações de Pessoas Ilustres ou Históricas.....	83
4.3 Conclusão do Corpus.....	87
4.4 Conclusão	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXO 1	93
ANEXO 2	106

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo nas próximas páginas será o de fazer com que se atente para o fato de que a língua é interação. Mostraremos ainda como o sujeito é enfocado na atual teoria da Análise de Discurso, ciência surgida na década de 60, com o objetivo de atualizar o enfoque dado à língua e ao seu uso. Ao longo de sua história, essa ciência nos forneceu conceitos que serão aqui abordados tais como o de enunciado, enunciação, dialogismo e o de contexto na produção de sentidos. Na esteira do histórico da língua, veremos também a importância do Outro no discurso no conceito da intertextualidade.

Mas assim como a língua constitui nossos conceitos e visões de mundo, ela também nos oferece meios para atuar no ambiente social. Deixamos de ser sujeitos passivos para atuar ativa e conscientemente sobre aqueles com quem convivemos, ou seja, o Outro, aquele que contribuiu e contribui para forjar aquilo que somos e em que acreditamos. Desta forma, ao expressarmos uma opinião ou ponto de vista, somos capazes de modificar uma situação que se nos apresenta ou de trazer à luz enfoques diferentes daqueles que nos são propostos.

Sendo a língua constituída socialmente, a partir de um determinado momento histórico, devemos ter em mente que aqueles aos quais falamos também têm suas próprias idéias, fazendo parte de determinada formação discursiva, conceito que mais tarde será apresentado com mais detalhes. Para convencer é preciso, então, achar denominadores comuns entre a nossa opinião e aquela do nosso auditório, termo característico da teoria defendida por Breton (1999) baseada nos conceitos de Perelman. Neste ponto, a teoria nos evidencia o caráter

essencialmente argumentativo da língua. Por meio dela, buscamos validar nossas opiniões e fazer com que outros acabem por aderir ao nosso ponto de vista. Breton (1999) faz um apanhado das estratégias utilizadas para se convencer um determinado auditório de uma determinada opinião e para tanto nos acena com novos enfoques tais como o vínculo que deve se estabelecer entre locutor e ouvinte, os tipos de argumentos, a coerência que deve haver entre a opinião e o argumento e o ambiente propício para que a argumentação se estabeleça e para ela chegue ao resultado esperado por parte daquele que deseja convencer. Quando falamos, argumentamos. Dizer uma coisa em detrimento de outra é fazer escolhas, e a argumentação lida essencialmente com a opinião que, como se sabe, é sua matéria-prima. Fazer com que nosso auditório aceite nosso ponto de vista requer o uso de determinadas técnicas, ou melhor, estratégias, sobre as quais discorreremos no capítulo teórico.

A fim de influir no pensamento de quem nos ouve dispomos, nos ensina a teoria da argumentação, das aludidas estratégias, que consistem em realçar certos aspectos, “esquecer” outros, mexer com a emoção e suscitar certas noções próprias da cultura em que se fala, enfim, argumentar.

A seguir, tomaremos emprestadas algumas das idéias desenvolvidas por Ruth Amossy (2005) com referência à noção de *ethos* e como ele se estabelece na argumentação. Amossy menciona autores como Maingueneau, Jean-Michel Adam, Jean-Blaise Grize, Alan Viala, e Perelman e Olbrechts-Tyteca para dizer que “o *ethos* aparece não apenas no discurso argumentativo, mas em toda a troca verbal.” (apud AMOSSY, 2005)

Reconhecendo assim que em nossa fala encontram-se embutidos fatores além daqueles meramente lingüísticos, vemos que a língua contribui para formar nossos conceitos e nossa visão de mundo, uma vez que cada um de nós ocupa um lugar na sociedade. Neste ponto, apresentaremos o conceito de ideologia, com base nos ensinamentos de Thompson (1995), uma vez que somos interpelados sobre qual o nosso papel na coletividade. Veremos, então, que a ideologia é criação humana e que ela serve a determinados propósitos. Afinal, o ser humano, desde sempre, visa fazer com que suas idéias prevaleçam sobre a de seus pares.

Para efeitos de análise utilizaremos os métodos da pesquisa qualitativa.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS

2.1 A Análise do Discurso

Conceber a língua como modo de interação é na atualidade o foco principal dos estudos da linguagem. A língua é algo concreto, na qual as pessoas se posicionam, emitem suas opiniões e dizem o que pensam. Ao falar, procuramos causar alguma impressão, buscamos uma reação, em quem nos ouve. Da mesma maneira, o nosso ouvinte tem suas próprias idéias e opiniões sobre as coisas que o cercam.

Nesse sentido, o papel do sujeito sofre uma mudança significativa. Antes tido como origem da enunciação, ele passa a ser visto numa perspectiva histórico-social. Assim, o sujeito passa a ser aquele que fala de um determinado momento da história e de um determinado lugar na sociedade.

Esse enfoque da posição social do falante foi evidenciado por Pêcheux (*apud*, AMOSSY, 2002). Ocupando um determinado lugar na sociedade, o sujeito se com aqueles com os quais convive e com eles interage. Essa relação fará com que o falante se complete, construa seus conceitos e sua visão de mundo. Pêcheux identifica nos protagonistas do discurso a representação de lugares determinados na estrutura de uma formação social.

Essa relação com seu semelhante é dinâmica. Bakhtin observa este fenômeno e a partir dele concebe a sua teoria do dialogismo, onde defende que a língua se desenvolve num ambiente histórico-social.

Diz Bakhtin:

“não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros; é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo revelando-me para o Outro, através do Outro e com a ajuda do Outro”. (*apud*, TODOV, 1981, p.148)

Brandão aponta para a teoria de Bakhtin, para quem a língua é um fato social fundado nas necessidades de comunicação. Daí o fato de ela ser concreta, fruto do da manifestação de cada falante.

Como, através de cada ato de enunciação, se realiza a intersubjetividade humana, o *processo de interação verbal* passa a constituir, no bojo da teoria bakhtiniana, uma realidade fundamental da língua. O interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado.

Deriva da interação social o fato de que o nosso interlocutor vai desempenhar papel fundamental na constituição do significado, pois ele integra todo ato de enunciação individual, num contexto mais amplo, e revela as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social.

Para Brandão (2002), a língua deve ser estudada de forma a englobar, além do seu sistema formal, os aspectos lingüístico e social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Diz Bakhtin que “cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”. (*apud* BRANDÃO, 2002, p.11).

2.1.1 O Discurso

A língua, então, passa a ser estudada a partir de uma nova perspectiva, que vai além do seu sistema formal de signos, para considerar fenômenos subjetivos e sociais, determinantes no modo de dizer e de significar.

A compreensão do fenômeno da linguagem não fica mais centrado apenas na língua, ideologicamente neutra, mas num nível situado fora desse pólo da dicotomia saussureana. É o discurso.

Harouche (1971) esclarece bem esta perspectiva ao afirma que:

“O liame que liga as “significações” de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundário, mas constitutivo das próprias significações”. (HAROUCHE, Cl. et alii, 1971, p.98, *apud* BRANDÃO, 2002,p.12).

Ideologia e discurso se articulam na língua. Sendo a linguagem um modo de interação com o “Outro”, quem fala quer dizer alguma coisa, e o diz com uma intenção pré-estabelecida. Para a análise do discurso, pois, torna-se relevante considerar a intenção. Enquanto interação, o discurso está carregado de intencionalidade, visto que o falante se manifesta a partir de uma posição determinada, fazendo com que a língua se torne um lugar privilegiado para a manifestação da ideologia.

Brandão vê a língua como o lugar em que idéias e interesses se confrontam, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os

processos que a constituem são sócio-históricos. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção.

2.1.2 Língua e Ideologia

A Análise vai se apoiar basicamente em dois conceitos bem definidos: o de ideologia e o de discurso. Do lado da ideologia, ela busca os ensinamentos de Althusser, enquanto para tratar do discurso, ela se baseia nas idéias de Foucault.

Pêcheux, estudando as relações sociais, surge com a expressão “formação discursiva”, da qual a AD se apropria, submetendo-a a um trabalho específico.

Chauí (1980, *apud* BRANDÃO, 2002, p. 20) aplica a concepção marxista à ideologia, que seria um instrumento de dominação de classe, porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. A ideologia organiza-se como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem sentir o que devem fazer e como devem fazer.

A fim de que o ideológico faça sentido, Brandão ensina que o orador formula seu discurso deixando “lacunas”, “silêncios” e “brancos” com o objetivo de formar um todo coeso.

Althusser entende que a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência. Para ele, a ideologia tem uma existência porque existe sempre um aparelho e a sua prática, e interpela os indivíduos como sujeitos.

Segundo Brandão (2002), a existência da ideologia é material, posto que as relações nela representadas envolvem o individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos. A ideologia se materializa em atos concretos. A prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia.

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível”.

Ricoeur (1977, *apud* BRANDÃO, 2002, p.24) analisa o problema da ideologia nas seguintes instâncias: a da função geral da ideologia; a ideologia como sendo dinâmica e motivadora; o fato de a ideologia ser simplificadora e esquemática; o fato de a ideologia ser operatória.

A ideologia tem a função geral de mediadora na integração social, na coesão do grupo. Nesse mister, é dinâmica, motivadora, impulsiona a práxis social. Mais do que um simples *reflexo* de uma formação social, ela é *justificação e projeto*, ditando as normas de um modo de vida.). Visando à eficácia social de suas idéias, ela é racionalizadora e sua forma de expressão preferencial são as máximas,

slogans e formas lapidares onde a retórica está sempre presente. Não-transparente, a ideologia acaba por se vincular à noção de dissimulação, distorção.

Seguindo o raciocínio de Brandão, “de outro lado, temos uma noção mais ampla de ideologia, que é definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica”. (BRANDÃO, 2002, p.27)

Concebendo a linguagem como uma das instâncias mais significativas em que à ideologia se materializa, Brandão chega à conclusão de que todos os discursos são ideológicos.

A observação mostra que nos discursos produzidos por determinadas instituições, como o caso da propaganda, da política ou o da religião, por exemplo, o que se observa é um recorte da realidade. O que neles se apresenta é um recorte da realidade, recorte intencional na medida em que se omitem, atenuam ou até se falseiam alguns dados.

Foucault (1969, *apud* BRANDÃO, 2002, p.28) entende que os discursos são como uma dispersão, sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Os *objetos* aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo.

As regras da formação discursiva se apresentam como sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos, estratégias, caracterizando a formação discursiva e possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade, que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva.

Foucault (1969) enumera quatro características constitutivas do enunciado.

- 1) A relação do *enunciado com seu correlato*, que ele chama de “referencial”. O “referencial” é aquilo que o enunciado enuncia. O enunciado “relaciona as unidades de signos, que podem ser proposições ou frases, com um domínio ou campo de objetos” (Machado, 1981, pg.168, *apud* BRANDÃO), possibilitando-as de aparecerem com conteúdos concretos no tempo e no espaço.

- 2) A relação do *enunciado com seu sujeito*: critica a concepção do sujeito enquanto instância. Instaure uma nova visão da história como ruptura e descontinuidade. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito. (1969, pg.119-120, *apud* BRANDÃO). O discurso é atravessado pela dispersão do sujeito, dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas

por ele no discurso. Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala o sujeito. Esses planos estão ligados por um sistema de relações pela especificidade de uma prática discursiva (1969, pg.70, *apud* BRANDÃO, 2002, p.30). Discurso como campo de regularidades redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem, eliminando-o como fonte geradora de significação. A fonte ordenadora do enunciado é móvel e constante. O sujeito é o ponto de partida das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso.

- 3) Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo (1969, p.124, *apud* BRANDÃO).
- 4) O enunciado emerge como objeto: refere-se à sua condição material.

Retomando o conceito de enunciado e enunciação, observa-se na prática que é possível a repetição de um enunciado, mas o modo de dizer, a enunciação é um momento único. Entretanto, enunciações diferentes podem encerrar o mesmo enunciado

O discurso é um jogo estratégico, polêmico, de ação e reação, de pergunta e de respostas, de dominação e de esquiva, de luta. É o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional) é gerador de poder, sendo sua produção controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que têm por função eliminar qualquer ameaça à permanência desse poder.

Já se disse que a língua é o lugar onde a ideologia se manifesta. A língua é constituída, ao mesmo tempo em que constitui a ideologia. Nesse sentido, cabe mostrar algumas idéias de lingüistas tais como Pêcheux e Fuchs, (1977, *apud* BRANDÃO, 2002, p. 32) que fazem uma crítica marxista à formação foucaultiana do discurso.

Tais autores preconizam:

- 1) O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
- 2) A Lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos;

- 4) Três as regiões que devem ser levadas em conta no estudo do discurso: a formação social, a língua e o discurso, que são atravessadas pela teoria da subjetividade.

Pêcheux identifica três principais tendências (a formalista-logicista, com o estruturalismo lingüístico e as teorias gerativas; a histórica e a da Fala, em que o acento no primado lingüístico da comunicação faz reativar certas preocupações da retórica e da poética), e ainda apresenta duas noções:

- 1) A noção de base lingüística: dotado de uma relativa autonomia, o sistema lingüístico é regido por leis internas.
- 2) A noção de processo discursivo-ideológico: rejeita-se qualquer hipótese de uma discursividade enquanto utilização “acidental” dos sistemas lingüísticos.

Se a língua é indiferente à divisão das classes sociais e à sua luta (daí a relativa autonomia do sistema lingüístico), essas (as classes sociais) não o são em relação à língua, a qual utilizam de acordo como campo de seus antagonismos.

É fundamental reconhecer que a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos do sentido.

Pêcheux vê nos *protagonistas do discurso* não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a *representação de lugares determinados na*

estrutura de uma formação social. No discurso, a relação entre esses lugares (sociais) acham-se representadas por uma série de “*formações imaginárias*”, que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Em todo processo discursivo, o *emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar estratégias de discurso.*

Cabe agora abordar dois conceitos essenciais para a Análise do Discurso, quais sejam o de formação ideológica (FI) e o de formação discursiva (FD), já que língua e ideologia estão intimamente relacionadas.

Foi Althusser (1971) quem mostrou como o sujeito é interpelado quanto ao lugar que ocupa na sociedade. Essa é uma das formas pelas quais a ideologia funciona, pela interpelação ou pelo assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Como consequência dessa interpelação, advém o fato de que cada sujeito é levado a ocupar um lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. Afirma Brandão que: “As classes sociais, assim constituídas, mantêm relações são reproduzidas continuamente e garantidas materialmente pelo que Althusser denominou de AIE”. (BRANDÃO, 2002, p. 38).

Os AIE colocam em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem à relação de classe.

Haroche, (1971, p.102, *apud* BRANDÃO, 2002, p.38) preceitua que falar-se-á de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (determinado aspecto da

luta dos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito, umas em relação às outras.

O discurso é uma das maneiras que a ideologia encontra para manifestar-se. Os discursos são governados por formações ideológicas que, levando em conta uma relação de classe, determinam “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

2.1.3 A Formação Discursiva

O conceito de formação discursiva ocupa, assim, um lugar central na articulação entre língua e discurso. A noção de formação discursiva envolve dois tipos de funcionamento:

- 1) A paráfrase: uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação da sua identidade. A essa noção, Orlandi (1984, *apud* BRANDÃO, 2002, p.39) contrapõe uma outra: a de polissemia. Enquanto a paráfrase é um mecanismo de “fechamento”, de “delimitação” das fronteiras de uma formação

discursiva, a polissemia sempre rompe essas fronteiras, embaralhando os limites entre diferentes formações discursivas, instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos.

- 2) O pré-construído: corresponde ao “*toujours déjà là*” (desde sempre lá) da interpelação ideológica que não só fornece “mas impõe à realidade” (“o mundo das coisas”) o seu “sentido” sob a forma de universalidade.

É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras.

Courtine e Maradin (1981, *apud* BRANDÃO, 2002, p.40) concluem que uma FD é heterogênea a ela própria, não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função de embates da luta ideológica.

Durante muito tempo, o papel do sujeito na constituição da língua foi desconsiderado. A língua tinha por função tão-somente representar o mundo real e a subjetividade foi relegada a segundo plano. Ainda hoje esta visão de língua, tal como concebida pela epistemologia clássica permanece na língua, mas ela deixou de ser o foco central e nos dias atuais o interesse tanto de lingüistas quanto de filósofos da linguagem é o efeito demonstrativo da língua, na sua capacidade de “mostrar”. Por isso, a língua busca-se desvendar a língua na sua estrutura.

Foi Beneviste (1966), ao estudar os pronomes, colocou a questão da subjetividade da língua.

Nesse quadro teórico, o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. Analisando o percurso da concepção do sujeito nas teorias lingüísticas modernas, Orlandi (1983, *apud* BRANDÃO, 2002, p.46) distingue as seguintes etapas:

Primeira fase: em que as relações interlocutivas estão centradas na idéia da interação, harmonia conversacional, troca entre o *eu* e o *tu*.

Segunda fase: em que se passa a idéia de conflito. Centradas no “Outro”, de acordo com essa concepção, as relações intersubjetivas são governadas por uma tensão básica em que o *tu* determina o que o *eu* diz, ocorrendo uma espécie de tirania do primeiro sobre o segundo. É a concepção fortemente influenciada pela retórica.

Terceira fase: a AD reconhece no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de “querer ser inteiro”. O centro da relação não está, como nas relações anteriores, nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. “O sujeito só se completa na interação com o “Outro”“.

Beneviste (1966) reincorporou aos estudos lingüísticos a noção de subjetividade. Para ele, a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor, como

sujeito do seu discurso, e ela se funda no exercício da língua. Como a enunciação é um ato de apropriação da língua, então a figura passa a ser essencial para que tal ato ocorra.

Retomando a idéia de que cada sujeito fala de um determinado momento da história e de um determinado lugar na sociedade, somos levados a concluir que esse sujeito só é capaz de abarcar um recorte da realidade. Assim, seu discurso é ideológico, pois produto de uma formação ideológica e social. Se o discurso do sujeito se constrói, como vimos, em relação a outro discurso, que não o seu, como bem explicitou Bakhtin na sua teoria sobre o dialogismo, esse outro discurso, embutido no seu próprio, determina o que o sujeito fala ou deixa de falar. Esse “Outro” envolve não só o seu destinatário, para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo). Como aponta Brandão, “nesse sentido, na sua fala, outras vozes também falam. O sujeito deixa de ser uno, homogêneo, para dividir o seu espaço discursivo com o “Outro”. (*apud* BRANDÃO, 2002, p. 50).

2.1.4 Monologismo x Dialogismo

Bakhtin (1977) parte de uma crítica ao objetivismo abstrato de Saussure que trata a língua como um sistema monológico, colocando que “a verdadeira substância da língua (...) não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, (...) mas pelo fenômeno social de interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações”. (pg. 109, *apud* BRANDÃO, 2002, p. 51)

Por ser inconcebível o ser humano fora das relações que o ligam ao “Outro”, a palavra é plurivalente, e o Dialogismo é uma condição constitutiva do sentido, sendo tais pressupostos a base da Teoria da Polifonia de Bakhtin, onde as práticas linguajares socialmente diversificadas e contraditórias se inscrevem historicamente no interior de uma mesma língua.

Segundo Bakhtin (1975):

Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência socioideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica... (BAKHTIN, 1975, p.100, *apud* BRANDÃO, 2002, p. 53).

Brandão (2002, p.53) reconhece nesses “fios dialógicos vivos” os “outros discursos”, ou seja, o discurso do “Outro”, constitui todo e qualquer discurso, nele aparecendo por meio do que se denomina intertextualidade, vez que presente no interior do mesmo. Apresenta o conceito de contradiscurso, na medida em que ao enunciar, o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor na medida em que o concebe não como um mero decodificador, mas como um elemento ativo, atribuindo-lhe, emprestando-lhe a imagem de um contradiscurso.

Assim, o conceito de subjetividade não pode estar centrado num Ego, mas num sujeito que se cinde porque átomo, partícula de um corpo histórico-social no qual interage com outros discursos de que se apossa ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para construir sua fala.

Prossegue Brandão para dizer que, segundo Guimarães, o conceito de polifonia em Ducrot exclui a noção de história que, para Bakhtin é uma noção fundamental. A noção de historicidade em Ducrot se resume no presente, no momento concreto da enunciação. “A realização de um enunciado é um acontecimento histórico: é dada existência a algo que não existia antes que se falasse e que não existirá depois”. É a esta aparição momentânea que chamo de “enunciação”. (p.179, *apud* BRANDÃO).

Os conceitos de locutor e enunciador elaborados por Ducrot, ensina Brandão (2002), constituem, entretanto, instrumentos de análise de inegável valor operacional.

A proposta dos analistas do discurso, que a eles têm recorrido, é a de recuperar a noção de historicidade presente originalmente no conceito de polifonia de Bakhtin.

A identidade, segundo a Análise do Discurso, se constrói dentro do espaço discursivo criado entre o *eu* e *tu* e o sujeito se constitui na sua relação com o “Outro”. O espaço dessa interação é o texto: “... o domínio de cada um dos interlocutores, em si, é parcial e só tem a unidade no (e do) texto. Conseqüentemente, a significação se dá no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) pelos/nos interlocutores”. (ORLANDI; 1988, *apud* BRANDÃO, 2002, p. 62).

Segundo Brandão (2002), faz-se necessário distinguir duas idéias básicas na Análise do Discurso: a primeira, a idéia de que o sentido, assim como o sujeito não são dados *a priori*, mas são constituídos no discurso. Segundo Pêcheux,

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, impressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1975, p.144, *apud* BRANDÃO, 2002, p.62).

Pêcheux (1975) explicita essa idéia afirmando que:

As palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1975, p.144, *apud* BRANDÃO, 2002, p.62)

O conceito de formação discursiva, definido como o que pode e deve ser dito por um sujeito, possibilita o fato de que os sujeitos falantes, tomados em uma conjuntura histórica determinada, possam concordar ou se afrontar sobre o sentido a dar às palavras”.

O sujeito que perde a sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados. A AD centra a problemática nos sistemas de representação da ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) estão materialmente ligados. O sujeito falante é determinado pelo inconsciente e pela ideologia.

Vamos abordar a teoria subjetivista da enunciação que entende que a constituição do sujeito deve ser buscada no bojo da ideologia. O “não-sujeito” é interpelado, constituído pela ideologia. Para Althusser (1971) a ideologia é forjada pelo sujeito e para o sujeito. A forma-sujeito é, portanto, o sujeito que passa pela interpelação ideológica ou, em outros termos, o sujeito afetado pela ideologia.

Tanto o sujeito, ou antes, as posições do sujeito, quanto o sentido só se constituem no interior de uma formação discursiva, pois as palavras só adquirem sentido a partir de uma formação discursiva.

Retomando as lições de dialogismo de Bakhtin, vamos abordar o que Brandão chamou de “ilusão discursiva do sujeito”, vez que tudo que se diz se diz com base no discurso do “Outro”, ou melhor, nos discursos determinantes da nossa formação discursiva e ideológica, enquanto sujeitos históricos e sociais que somos.

Como lembra Brandão, Pêcheux e Fuchs (1975, p.20-21, *apud* BRANDÃO, 2002, p.65), defendem que o sujeito cria uma realidade discursiva ilusória por meios do que eles chamam de dois “esquecimentos”: no primeiro, o sujeito se coloca como a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido do seu discurso. Rejeita, apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior de sua formação discursiva. Nesse processo de apagamento, o sujeito tem a ilusão de que ele é o criador absoluto do seu discurso. Pelo esquecimento número 2, funcionamento do tipo pré-consciente ou consciente na medida em que o sujeito retoma o seu discurso para explicitar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa, faz interrogação retórica,

reformulação tendenciosa e uso manipulatório da ambigüidade. É a operação de seleção lingüística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito. Escolhe algumas formas e seqüências e “esquece” outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade.

Tornando a noção de autor mais abrangente, Orlandi e Guimarães (1986) colocam-na como necessária para qualquer discurso e também como origem da textualidade. Distinguem as seguintes funções do sujeito falante: locutor, enunciador, autor.

Esse sujeito que se desdobra e assume vários papéis no discurso nos remete ao conceito de polifonia, elaborado inicialmente por Bakhtin, opõe um discurso polifônico, tecido pelo discurso do “Outro”, a um discurso que qualifica como monológico. O sujeito perde o seu centro e passa a se caracterizar pela dispersão, por um discurso heterogêneo que assume diferentes vozes sociais.

2.1.5 A Intertextualidade

Mainqueneau (1984, *apud* BRANDÃO, 2002, p.72) aponta duas noções básicas para se entender a relação de um discurso com o seu “Outro”, quais sejam o intertexto e a intertextualidade. O intertexto aparece como as citações explícitas de outros discursos no discurso do orador. A intertextualidade possui dois aspectos, o interno e o externo. A intertextualidade interna aparece na relação do discurso com outros discursos do mesmo campo, enquanto a intertextualidade externa é aquela

em que o discurso define uma certa relação com outros campos conforme os enunciados destes sejam citáveis ou não. Por meio desse intercâmbio de discursos, a finalidade do sujeito é a de criar um efeito de evidência para suscitar a adesão do auditório à tese do orador.

Ancorado na noção de intertextualidade, Maingueneau (1984) entende assim que não há discurso autofundado. Ao contrário, tudo o que se diz remete a um “já-dito” e que este “já-dito” aparece como o “Outro” no discurso. Cabe aqui lembrar o que Courtine (1981, *apud*, BRANDÃO, 2002, p.78) distingue como domínio de memória, domínio de atualidade e domínio de antecipação.

O domínio de memória se refere ao fato de que toda produção discursiva remete a enunciados anteriores e se utiliza deles para embasar o que é dito. Os enunciados são assim retomados e reatualizados, vale dizer, naquilo que interessa ao enunciador para sustentar o que ele diz. Já o domínio de atualidade é a memória que faz irromper um acontecimento passado em uma conjuntura presente, reatualizando-o. É constitutivo desse domínio o aspecto dialogado que assumem as seqüências discursivas, que se citam, se respondem, se refutam.

Por sua vez, o domínio de antecipação, nos revela, afirma Courtine (*apud* BRANDÃO, 2002, p.80) o caráter necessariamente aberto da relação que uma seqüência discursiva produzida em determinadas condições mantém com seu exterior no seio de um processo: a impossibilidade de se atribuir um fim ao processo discursivo; a possibilidade sempre aberta de, a partir dos resultados obtidos no trabalho de análise da relação de uma seqüência discursiva com seu domínio de

memória, se poder constituir um domínio de antecipação enquanto alvo de uma Análise do Discurso.

Brandão (2002) ensina que o efeito de memória é produto da relação entre os dois níveis do discurso, o interdiscurso e o intradiscurso, pois suscita a origem de uma formulação na atualidade do que ela chama de “conjuntura discursiva”.

A formação discursiva é determinada pelo interdiscurso e pode se inscrever na ordem de uma memória plena, que funcionaria como possibilidade de preenchimento de uma superfície discursiva com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consistência no interior de uma rede de formulações; a estratégia usada aqui seria a repetição; ou na ordem de uma memória lacunar que funcionaria como produto de deslocamentos, vazios, esquecimentos, que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. Este efeito, pode, entretanto, ser ideologicamente neutralizado pelo locutor que, através de manobras discursivas niveladoras, homogeneizadoras, monofonizantes, procura anular qualquer desnível ou heterogeneidade do discurso. A estratégia aí seria a do apagamento“.

2.2 A Argumentação na Comunicação

Dando seqüência ao estudo do funcionamento da língua, passaremos agora a abordar o seu aspecto argumentativo. Tal abordagem se torna essencial para este trabalho, pois é dele que fazemos uso quando queremos defender nossa tese, nosso ponto de vista, nossas razões para agir desta ou daquela maneira perante aqueles com quem convivemos.

Para Breton (1999), argumentar é o ato de levar a partilhar uma opinião, é um ato de comunicação. As opiniões são argumentadas e não consideradas como verdades ou erros. A autonomia da argumentação está baseada numa repartição entre as opiniões de um lado, e os enunciados suscetíveis de serem demonstrados pelas ciências, de outro. Assim, reabilita-se a opinião, matéria de nossa vida cotidiana, cimento de nossa adesão à vida e o fundamento de nossas escolhas mais essenciais.

2.2.1 A Nova Retórica

Citando Perelman, ensina Breton (1999) que um raciocínio pode convencer sem ser cálculo, pode ser vigoroso sem ser “científico””. Ele define a argumentação como o “estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão das pessoas às teses que são apresentadas para seu assentimento.” (1970, p.51, *apud* BRETON, 1999, p.19).

2.2. 2 Argumentação e Cidadania

Breton (1999) prossegue dizendo que Pierre Oléron (1993) defende que a argumentação só pode intervir se houver aceitação prévia de que um debate seja aberto e se aquele que se propõe a defender ou justificar uma posição tenha o direito de tomar a palavra. (1993, p.18, *apud* BRETON, 1999, p.20). O sistema democrático constitui precisamente tal contexto e “a partir de então, a história da arte oratória quase se confunde com a história política”. (BENSIT, 1983, p.39, *apud* BRETON 1999, p.20). O poder da mídia, as sutis técnicas de desinformação, o recurso maciço à publicidade tornam cada dia mais necessária uma reflexão sobre as condições de uma palavra argumentativa oposto à retórica e à manipulação.

A argumentação deve ser considerada sob o ponto de vista da comunicação. Para comunicar, é essencial que se busque o “acordo prévio” com o auditório. É o vínculo tecido a partir desse acordo prévio que inscreve o ato de convencer em uma perspectiva de comunicação.

2.2.3 O Campo da Argumentação

O argumentar é natural e prático nas relações entre as pessoas, posto que é, antes de tudo, comunicar. Não é convencer a qualquer preço, mas fundar-se em um raciocínio proposto aos outros, dando-lhes argumentos para que eles adiram à convicção.

Para Breton (1999), a argumentação faz parte da retórica, da qual ela foi, durante muito tempo, sobretudo para Aristóteles, uma peça essencial. A evolução da linguagem, dos modos de comunicação, dos valores, que têm tanta importância na argumentação, fazem dela uma matéria viva”. Ele adverte para o fato de que a argumentação se renova pelos exemplos que ela escolhe para tratar e que só há argumentação no debate democrático. Na argumentação, não são as pessoas que contam, mas o fato de que suas idéias sejam partilhadas pelos outros.

A argumentação se estabelece naquilo que chamamos de triângulo argumentativo, que se compõe, ensina Breton (1999):

- Pela opinião do orador: esta opinião existe enquanto tal antes de sua colocação na forma de argumento. Ele pode guardá-la para si sem querer convencer os outros ou apenas informa-los de que aderiu àquela idéia;

- Pelo orador: aquele que, dispondo de uma opinião, se coloca na postura de transportá-la até um auditório e submetê-la a esse auditório, para que ele partilhe dela;

- Pelo argumento: defendido pelo orador, trata-se da opinião colocada para convencer;

- Pelo auditório: que o orador quer convencer a aderir à opinião que ele propõe;

O contexto de recepção, conjunto de opiniões, valores, julgamentos que são partilhados por um auditório e que existem previamente ao ato da argumentação vão desempenhar um papel na recepção do argumento seja de aceitação, recusa ou adesão variável.

Na argumentação, diz Breton (1999), pode-se apresentar as coisas de diferentes maneiras porque tratamos com públicos diferentes, sem que haja com isso uma contradição entre a opinião que se defende e a forma argumentativa que propomos. Podemos fazer corresponder à mesma opinião, dois argumentos diferentes, não porque o que é dito é diferente do que eu penso, mas porque é necessário levar em conta o fato de que se fala a um determinado auditório.

O orador age em diferentes níveis no sentido das relações que ele mantém com seus argumentos, com os vínculos que ele estabelece com o público paralelamente ao enunciado dos argumentos, além de saber ter em mente quais relações que o público mantém com os argumentos que lhe são propostos.

Ao argumentar, o orador tem que estar ciente sobre como o seu argumento vai ser recebido. Deve assim considerar que fala para um auditório que tem seus valores, suas crenças e deve se apoiar nesses aspectos ao apresentar seu ponto de vista.

É certo dizer que a argumentação é um ato que pretende modificar um determinado contexto de recepção ou a opinião daqueles que nos ouvem. Argumentar é primeiramente agir sobre a opinião de um auditório de maneira a “desenhar um vazio”, um lugar para a opinião que o orador lhe propõe.

A argumentação deve se ligar à ética, não podendo ter como único critério a eficácia. A dimensão ética da argumentação, diz Breton (1999), é delimitada por três questões básicas: saber se tudo é argumentável; será que todos os argumentos são válidos para defender uma opinião; saber se há limites para a ação que se pode exercer sobre um auditório.

Quanto à primeira questão, devemos dizer que argumentação coloca em ação a “opinião”. Breton (1999) define opinião como “aquilo que designa em que acreditamos aquilo que guia nossas ações e que alimenta nossos pensamentos. O homem não é feito unicamente de opiniões, *mas são estas opiniões que fazem um homem e, sobretudo uma identidade social*” (BRETON, 1999, p.36).

A opinião, nesse sentido, é ao mesmo tempo o conjunto de crenças, dos valores, das representações do mundo e da confiança nos outros que o indivíduo forma para ele ser ele mesmo, diz Breton (1999).

Três grandes campos escapam à opinião estão ligadas à certeza: a ciência, a religião e os sentimentos.

A opinião e o conhecimento científico: os resultados científicos não se discutem, eles se impõem a todos e não constituem, então, uma opinião. Estas leis se destinam a um auditório universal.

O conhecimento se situa no campo da objetividade e da verdade, enquanto que a opinião se situa no campo da subjetividade e do que Perelman chama de verossimilhança. Perelman falou dessa questão usando o termo adesão variável, evidenciando uma categoria de pensamento que recusa todo o dogmatismo e toda a covardia. (BRETON, 1999, p. 39).

A opinião e a fé religiosa: a religião é outro campo que escapa à argumentação. A consciência do sagrado não é, como o diz Mircea Eliade, um momento da história da evolução, mas um componente atemporal da humanidade. (BRETON, 1999, p.40)

A opinião e os sentimentos: é o último campo que escapa à argumentação. A vasta série dos sentimentos humanos que nos movem e nos emocionam não têm quase nada a ver com as opiniões. Há todo um arsenal de expressões populares à nossa disposição para fazer corretamente a distinção entre eles. (BRETON, 1999, p.41).

Ainda no campo da verossimilhança, Breton (1999) aponta para a relação existente entre a opinião e a informação. A opinião é como um ponto de vista que sempre supõe um outro ponto de vista possível ou que, num debate, por exemplo, se opõe a outros pontos de vista. Já a informação pretende um olhar sobre o real que tende a ser único, como ele diz, “a síntese de testemunhos concordantes”. A

idéia é de que a informação, baseada em um testemunho do real, não poderia ser contestada, uma vez que não deixa margem a qualquer dúvida sobre os fatos que se apresentam.

Breton (1999) nos apresenta ainda a idéia do que ele chama de espaço público leigo, que “é feito dos mundos de representações que partilhamos com todos os outros humanos, das metáforas nas quais vivemos e que estruturam nossa visão das coisas e dos seres. Estes mundos são no fundo criados pela argumentação e é ela que os modifica. Neste sentido, a argumentação é essencial ao vínculo social” (BRETON, 1999, p. 43-44).

É da natureza da argumentação o fato de que existe uma diferença de opiniões. Argumentar implica num ato de comunicação e para convencer o orador deve seguir a regra básica de que deve haver coerência entre a opinião e o argumento.

Ensina Breton (1999) que se o orador aderir somente de maneira variável ao que ele defende, ele só poderá pedir o mesmo ao seu público, isto é, a mesma intensidade de adesão, o que implica em uma certa liberdade do público.

Há na realidade, uma espécie de paradoxo ao se querer convencer alguém daquilo em que se acredita, afirmando, não somente que aquilo em que se crê é apenas verossímil, mas ainda, propondo ao auditório, eventualmente, que não venha a aderir à opinião proposta.

2.2.4 A Dinâmica Argumentativa

Breton (1999) relembra Ducrot, para quem tudo na língua é argumento, e aponta a complexidade de se argumentar, lembrando que o argumento de que alguém se utiliza está inscrito em um contexto mais amplo. Por meio de um exemplo específico, identifica algumas estratégias utilizadas pelo orador para convencer seu auditório. Primeiramente, o orador mobiliza sua opinião, isolando-a provisoriamente do contexto em que ela é produzida. A seguir, ele identifica o seu auditório ou seus auditórios. Depois, o orador identifica o contexto no qual seu argumento será recebido, ou seja, procura imaginar o ponto de vista de cada um dos grupos aos quais ele vai se dirigir. Isso feito, o orador “encaixa” sua opinião em um ou vários argumentos. Assim, ele concebe dois tipos de argumentos para adaptar sua opinião aos seus auditórios. O orador passa, então, a intervir no contexto de recepção do auditório para modificá-lo, a fim de abrir um lugar dentro dele para a sua opinião. Primeiramente, o orador se utiliza de uma categoria de argumentos, os argumentos de enquadramento; por último, o orador liga a opinião proposta ao contexto de recepção, assim modificado, utilizando uma segunda categoria de argumentos, os argumentos de ligação ou de vínculo.

O primeiro objetivo de um argumento é, então, modificar o contexto de recepção do auditório para introduzir aí uma opinião. Esta definição implica em que se veja cada auditório como particular.

Breton (1999) aponta razões de três ordens que provocam a adesão do auditório à argumentação que lhe é proposta. Ele as identifica como sendo de ressonância, curiosidade e interesse.

A ressonância consiste em que uma nova visão dos fatos pode entrar em ressonância com nossa visão mais geral do mundo, mesmo que ela apareça dotada de um certo coeficiente de novidade. Esta ressonância tornará esta nova apresentação aceitável, sem outra conotação e com o sentimento de evidência imediata. A argumentação que se apóia em valores é um bom exemplo dos efeitos da ressonância.

A curiosidade é outro fator que faz com que adotemos a opinião que nos é proposta. O gosto pela exploração, o desejo de mudança, predispõe a admitir uma apresentação particular dos fatos e a examinar suas conseqüências.

O interesse pode ser vetor de aceitação de uma visão de mundo que poderíamos rapidamente avaliar como algo que nos seria conveniente. O motivo é aqui o benefício esperado além de um enquadramento cuja particularidade é de ser sempre mais global e mais geral que a opinião que ele engloba e “protege”.

2.2.5 O Enquadramento do Real

Breton (1999) nos ensina que o enquadramento do real permite constituir o fundo no qual a opinião proposta encontrará harmoniosamente seu lugar, desde que o vínculo seja convenientemente estabelecido. Este real de referência que devemos construir será para o auditório a condição de aceitabilidade do que queremos convencer.

O enquadramento do real dita a ordem do mundo e propõe que a partilhemos. Esta ordem do mundo é obtida de três maneiras, que formarão famílias de argumentos.

Veremos que este enquadramento se apóia *a priori* na partilha de valores ou crenças. (BRETON, 1999, p.75).

2.2.6 Argumentos Conservadores e Inovadores

Cabe destacar inicialmente dois tipos de argumentos: os conservadores e os inovadores. Argumentos conservadores são todas as formas argumentativas que se apóiam na busca de elementos preexistentes no auditório. A argumentação se faz, então, pela encenação de uma ressonância entre o que já é conhecido e o que é proposto. Ela se baseia de certa maneira no já adquirido, no previamente existente e na tradição. Tais argumentos reativam circuitos antigos, ao invés de fazer nascer novos circuitos, mesmo que a argumentação neste caso consista no estabelecimento de um novo vínculo entre a tese e o já aceito. Os argumentos inovadores propõem uma nova definição do real, rerepresentando-o.

Um tipo de argumento que se apresenta é o argumento de autoridade. Aceita-se o real descrito como aceitável porque a pessoa que o descreve tem autoridade para fazê-lo. Esta autoridade deve ser evidentemente aceita pelo auditório para que ele, por sua vez, aceite como verossímil o que lhe é proposto. São três os tipos de raciocínio que se buscam pelo argumento de autoridade: o da competência, o da experiência e o do testemunho. Cada um deles apresenta, a seu modo, a confiança.

Ao se utilizar do argumento da autoridade, duas situações se apresentam como possíveis: ou o orador apóia o enquadramento do real sobre sua própria autoridade, ou ele convoca uma autoridade exterior. Uma terceira variante consiste em se apoiar em aspectos pouco conhecidos de autoridade do próprio auditório faze-lo aceitar uma opinião. .

Perelman observa que “o argumento de autoridade é o modo de raciocínio teórico que foi mais fortemente atacado porque, nos meios hostis à livre pesquisa científica, ele foi o mais amplamente utilizado, atribuindo-lhe um valor coercitivo.” (1970, p. 411, *apud* BRETON, p. 79).

Para Breton (1999), os meios de comunicação atuais, em sua função de testemunho e, logo, de informação, são a instituição que mais usa esta delegação de saber.

Esta delegação de saber coloca o problema da confiança, que é uma velha questão da retórica. Deste modo, como evidencia Perelman (1996), “geralmente antes de invocar a autoridade, nós a confirmamos, procuramos consolidá-la e dar-lhe o caráter de seriedade de uma testemunha válida.” (1970, p.415, *apud* BRETON, p.80).

O argumento da competência supõe que haja previamente uma competência científica, técnica, moral ou profissional que vai legitimar o olhar sobre o real que deriva dela. O homem competente possui uma aura que reforça suas

opiniões, mesmo nos domínios distantes de sua competência. O que é válido para os homens vale também para as instituições, geralmente usadas nos debates argumentativos.

Curiosamente, a petição de incompetência, que consiste em declarar sua incompetência ao dar uma opinião sobre a questão, pode contribuir para tornar a afirmativa convincente. É preciso dizer ainda que não se trata de um procedimento oratório, mas de uma verdadeira virtude de modéstia.

O argumento de experiência, nos alerta Breton (1999), é menos baseado numa competência teórica do que em uma prática efetiva no domínio em que o orador se exprime.

Neste caso, o equivalente da petição de incompetência é o argumento de inocência. Por ela, o orador diz não ser especialista no problema, o que equivale dizer que ele é neutro. Por isso, sua apreciação é isenta. Em outras palavras, por causa de sua neutralidade, o que ele diz deve ser levado em conta.

O testemunho de um fato terá mais peso para propor seu enquadramento em uma perspectiva argumentativa.

A experiência implica em uma duração e uma acumulação, enquanto o testemunho é pontual. O argumento pode também consistir em dizer... que não se dirá nada pois os fatos são inexprimíveis, mas devem ser apoiados, apesar de tudo

por um raciocínio sobre a ausência de relato, que torna, paradoxalmente, o real ainda mais presente.

O argumento de autoridade funciona raramente isolado. Atrás dele se escondem, às vezes, os verdadeiros pontos de vista. Deste modo, evocar a autoridade do maior número remete ao ponto de vista da quantidade enquanto formador de uma norma. Esta norma, por sua vez, pode funcionar como opinião. O argumento de autoridade se situa numa continuidade com os outros dois tipos de argumentos de enquadramento.

2.2.7 O Apelo a Pressupostos Comuns

Dando continuidade à teoria apresentada por Breton (1999), temos que o apelo a pressupostos comuns constitui uma família de argumentos de enquadramento amplamente utilizada, sobretudo em todos os casos em que uma comunidade de pensamento e de ação preexiste claramente entre o orador e o auditório. O primeiro movimento do trabalho argumentativo consiste, então, em esclarecer, avivar um valor comum, sobre o qual se colocará, num segundo momento, um vínculo com a opinião proposta.

O apelo a pressupostos comuns mobiliza um “efeito de comunidade”, que os transforma em uma família de argumentos bastante conservadores em seus efeitos, pois, como observa Oléron (1993), mobilizar um valor para argumentar contribui na realidade para tirar a ação de convencer do campo da argumentação. Trata-se de um dos artifícios do populismo e da demagogia.

Breton (1999) explica que a opinião “comumente aceita” é geralmente um ponto de vista atenuado que se torna um lugar comum com uma pequena eficiência argumentativa. Aceita-se essa opinião, mas sem muito entusiasmo, pelo fato de ser muito comum. Por exemplo, trazer à memória o “antes pouco e melhor do que muito e pior” pode ser em certas circunstâncias a etapa de enquadramento de uma argumentação.

Também a idéia de qualidade em oposição à quantidade ainda pode provocar adesão e é inspirada um ponto de vista que conserva ainda todo o seu vigor: o ponto de vista da qualidade em oposição à quantidade.

Como se disse anteriormente, a evocação de valores é de um vigor na argumentação, pois eles fazem ecoar idéias comungadas por todos do auditório, têm um caráter universal. Assim, os valores comuns são essenciais para o desenvolvimento de uma argumentação. Breton (1999) afirma que a lembrança de tais valores é em si mesma um argumento que se enquadra com mais força do que a realidade.

Nos discursos contemporâneos, ensina Breton (1999), a perda de valores aparece como tema central. Portanto, eles continuam a ter um papel considerável em nossa sociedade, dando referências fundamentais e fundando a maioria das normas sociais.

É universal que existam valores. Os valores estão ligados a uma antropologia fundamental.

A argumentação é assim tão universal quanto os valores. Deste modo, poderíamos falar em “comunidade argumentativa” para designar um grupo que partilha de um certo número de valores julgados suficientemente fundamentais.

Os teóricos da argumentação classificam os valores mais pelo ponto de vista de seu uso na ação de convencer do que do ponto de vista filosófico e moral. Deste modo, Perelman distingue entre “valores abstratos”, como justiça e verdade e “valores concretos” como Igreja, a pátria. Para ele “os raciocínios baseados em valores concretos parecem ser características das sociedades conservadoras”. Ao contrário, os valores abstratos se prestam mais facilmente à crítica e estariam mais ligados “à justificação de mudança, ao espírito revolucionário”. (1988, p.42, *apud* BRETON, p.90)

Pierre Oléron propõe a tipologia “valores fluidos” sobre os quais se baseia a argumentação. Ex: a vida (gênese, valor), o homem (origem, destino, direitos), a justiça (implicações morais e sociais), a paz (formas, condições), a nação (seu valor, seus limites), a natureza (exploração, proteção), a liberdade, a responsabilidade, a morte (direito de dispor da morte), o bem, o mal, o castigo, o perdão.

Perelman (1996) recuando em direção do que existe de mais geral, no domínio dos valores, chega-se aos pontos de vista do preferível, que desempenham um papel análogo aos das pressuposições. Diz Breton que “os pontos de vista

seriam, então, valores simplesmente um pouco mais abstratos e incertos”. (BRETON, 1999, p.92).

Quais são os grandes pontos de vista sobre os quais se apóia a argumentação? Reboul distingue três pontos de vista: o da quantidade, o da qualidade e o da unidade. Este último preconiza que o que é um ou efeito de apenas um é, por isso mesmo, superior.

2.2.8 O Reenquadramento do Real

Nas situações em que o recurso aos valores, aos pontos de vista, à autoridade aceita implica em uma retomada de um mundo conhecido, comum, que serve imediatamente de ponto de referência, o reenquadramento do real implica em uma novidade, um deslocamento, um outro olhar.

O reenquadramento não ataca o problema de frente, mas o contorna e o aborda de uma outra maneira.

Esta categoria de argumentos implica em uma novidade para o auditório. Eles o colocam num mundo no qual espontaneamente o auditório não pensara e onde seus pontos de referência habituais não funcionam, mesmo que os “elementos” que compõem este novo mundo sejam conhecidos separadamente.

Para ‘Watzlawick, “um reenquadramento só tem sucesso se levar em conta às opiniões, expectativas, razões, hipóteses, em outras palavras, se levar em

conta o quadro conceitual das pessoas cujos problemas se modificar”. (1975, p.125, *apud* BRETON, 1999, p. 95).

Dando continuidade à sua teoria, Breton (1999) nos ensina que os argumentos de enquadramento são classificados em três categorias: os de definição; os de apresentação e os de associação-dissociação.

A definição consiste em fazer aceitar um encerramento, um “acabamento”. Constitui um instrumento preciso de reenquadramento. Como podemos ver, pelo exemplo dado, o emprego de uma definição e a tentativa de impô-la como quadro de referência para avaliar o real não implica em que não existam outras definições possíveis.

O argumento de definição é uma construção do real usada para argumentar.

A definição argumentativa se trata neste caso de apresentar o que é definido sob um ângulo propício à argumentação, sem que com isso se esteja enganando o auditório. Uma definição argumentativa que se apresenta como uma definição normativa ou descritiva eleva o auditório a crer nesta confusão é manipulação.

Definir, para o homem de hoje, é um elemento chave de reenquadramento do real, que implica em uma certa criação, ao menos em uma escolha entre situações possíveis fundamentais.

Nas palavras de Breton (1999), os argumentos por apresentação podem aparecer por Inúmeros argumentos de vínculo, sobretudo pela analogia ou pelo exemplo, que se apóiam em uma representação prévia do mundo. Esta representação não autoriza automaticamente o vínculo e não é, tampouco, uma condição necessária para sua existência. Mas a argumentação só funciona porque este enquadramento é lembrado, mesmo que seja, alusivamente, como no caso das metáforas da coragem, cujo símbolo é o leão, ou da submissão, cujo símbolo é o carneiro. Essas alusões fazem apelo a um fundo comum de narrativas populares.

A lógica dos argumentos que se utilizam da descrição está no raciocínio de que um elemento pode ser assim isolado e qualificado como sendo um “fato” suscetível, então, de observação, de testemunho, de prova, de transcrição em linguagem cifrada. Deste modo, o argumento de probabilidade, que não tem nada a ver com as estatísticas, insiste em uma suposta regularidade do real, que foi isolado para a ocasião.

O argumento de qualificação depende da apresentação dos fatos. Qualificar um ato isola algumas de suas propriedades. O limite do argumento de qualificação é que ele deve remeter a uma justificação suposta e não ser uma simples afirmação gratuita, escolhida por sua adequação com a argumentação em curso.

Perelman (1988) lembra que “para criar a presença é preciso insistir longamente em certos elementos que não são duvidosos: prolongando a atenção

que lhes damos, aumentamos sua presença na consciência dos auditórios (...) a insistência pode resultar da repetição, da acumulação de detalhes, da acentuação de certas passagens (...). Na retórica, esta técnica para desenvolver um assunto recebeu o nome de amplificação. Trata-se de uma figura de retórica que utiliza a divisão de um todo em suas partes, para criar a presença”. (1988, p.51-52, *apud*, BRETON, 1999, p.103). O argumento de amplificação constitui um argumento muito convincente de apresentação do real.

Breton (1999) ensina que Pierre Oléron (1993), insiste na importância da “relação” entre os fatos ou as atitudes. Segundo Oléron (1993), “uma parte da atividade intelectual consiste em apreender ou em estabelecer similitudes ou conexões entre os objetos sobre os quais ela é exercida”. O autor explica que essas conexões ou similitudes não podem, no entanto, “ser definidas de uma maneira perfeitamente objetiva” e a “argumentação trabalha com esta relativa indeterminação (1993, p. 97-98, *apud* BRETON 1999, p. 107)”.

O reenquadramento mobiliza amplamente o pensamento, quer se trate de sua agilidade ou de sua abertura.

Os argumentos de enquadramento são apenas a primeira etapa de um processo em dois tempos, a etapa que permite estabelecer um “acordo prévio”.

É preciso então ligar este enquadramento à opinião proposta. Este segundo tempo é a ocasião de utilizar os argumentos de ligação, de vínculo, que vamos analisar agora.

Consideraremos que esses argumentos são de duas ordens, correspondendo a vínculos que não são da mesma natureza: ou deduziremos que a opinião defendida faz parte da realidade assim enquadrada, ou proporemos que a realidade enquadrada constitui um dos termos de uma analogia e o outro termo é uma opinião.

O uso da analogia constitui a segunda modalidade do vínculo que a argumentação tece entre a opinião e o contexto de recepção. A analogia é um vínculo menos garantido que a dedução, mas talvez mais poderoso, paradoxalmente, do ponto de vista da convicção que ele provoca.

Ainda segundo Breton (1999), os argumentos dedutivos ou analógicos são sempre tomados em uma relação de comunicação e, fato geralmente esquecido, supõem que tenha havido um acordo prévio; no caso apresentado, o acordo de que a competência dos atletas venha do fato de serem escolhidos em função de sua aptidão e não por acaso.

Esta primeira etapa do raciocínio argumentativo segue Breton (1999), não apresenta um caráter de evidência, é em si mesmo uma argumentação. Com mais seriedade poderíamos objetar que a competência do magistrado não tem nada a ver com a competência dos atletas, pois seu dever é de representar o povo, ao passo que o atleta deve somente “estar bem fisicamente”. O que permite, aliás, que atletas estrangeiros façam parte de uma equipe nacional, enquanto os jurados devem necessariamente ser cidadãos do país.

E continua Breton (1999) para dizer que este caráter não evidente da primeira etapa de uma argumentação dedutiva ou analógica está na origem de um erro tático freqüente. Este erro consiste em acreditar que baseamos uma dedução ou uma analogia em um contexto de recepção que está pronto a acolhê-la. O recurso de um argumento pelo exemplo (variante da analogia) pode fracassar pelo simples fato de escolhermos mal o exemplo, i.e., se o auditório não o aceitar nem mesmo como elemento de comparação possível com a tese proposta.

Do mais fechado ao mais aberto distinguiremos entre os argumentos quase lógicos quais os que apelam para uma reciprocidade, os que usam a essência dos fenômenos, os argumentos chamados pragmáticos e, enfim, os argumentos causais.

2.2.9 Tipos de Argumentos

Breton (1999) ensina que a demonstração lógica tem verificação para todos os casos, ao passo que a argumentação quase-lógica comporta inúmeras exceções muito amplas. Os argumentos quase matemáticos constituem sua figura central. Eles se baseiam nas virtudes supostas da transitividade, da identidade ou da divisão.

Posso convencer que um objeto é verde se mostrar que ele pertence a um conjunto que é, por sua vez, de cor verde. As qualidades do todo são transferíveis às partes. Os argumentos quase-lógicos estão no limite da argumentação. Mas o vínculo que eles propõem não é sempre verificável e deve-se deixar um pequeno espaço para essa modalidade de dedução. Esse é o argumento

da divisão. Os argumentos da reciprocidade constituem um forte vínculo dedutivo sem, no entanto, usar o equivalente a regras matemáticas. Segundo Perelman, trata-se de uma regra de justiça, de natureza puramente formal segundo a qual “os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados da mesma maneira” (1988, p.80, *apud* BRETON 1999, p.123). E autor cita como exemplo uma frase de Quintiliano: “o que é conveniente para se aprender é também conveniente para se ensinar”.

O argumento causal consiste em transportar a opinião que se quer sustentar em uma causa ou em um efeito de alguma coisa sobre a qual existe um acordo. O argumento causal é de uso extremamente corrente. O autor dá como exemplo o fato de se afirmar que uma escola é uma instituição útil porque os que saem diplomados encontram um trabalho, algo bastante relativo. Este argumento supõe que haja um vínculo constante e permanente entre o fato de ser diplomado e o de se encontrar trabalho.

Os argumentos analógicos pertencem a uma família de argumentos implica também em um raciocínio que ligue duas zonas do real. Uma delas é o objeto de um acordo prévio obtido através do apelo a valores, à autoridade ou a um reenquadramento da situação; a outra é formada pela opinião proposta. De acordo com o autor, aqui se supõe ou até se inventa um vínculo entre duas zonas.

A analogia, de acordo com Breton (1999), tira sua força de seu mistério compartilhado. As redes de correspondência subterrâneas que sustentam as analogias se alimentam dos recursos de nossa língua, de nossa cultura, das

comunidades de pensamento que nos unem e constituem um dos elementos mais seguros dessas redes.

Seremos levados a fazer uma distinção nos processos de relação analógica entre vários tipos de argumentos: a comparação simples, a comparação analógica, o exemplo e a metáfora. A metáfora só nos interessa aqui na medida em que ela se coloca na posição de convencer.

Além disso, usaremos o termo “analogia” no sentido mais amplo. Na expressão: “Ele é forte como Hércules”, o tema é a força suposta de uma pessoa, o foro é a força de Hércules, reconhecida por todos.

Em si, esta expressão é mais literária do que argumentativa, pois ela não nos dá nenhuma razão para associar esta pessoa a Hércules. Mas utilizada em um contexto apropriado, diante de uma pessoa musculosa, de porte atlético, ela poderia induzir, sugerir uma analogia que não é totalmente sem fundamento: há um tipo “Hércules” ao qual esta pessoa pertence e esta aparência nos convence de sua força.

A metáfora pode ser um argumento quando ela serve para convencer.

A sutileza dos argumentos analógicos vem do fato de não proporem jamais uma identidade. Estão autorizados a constatar uma similitude, uma semelhança, uma proximidade. A analogia vem do fato como complemento da estreiteza especializada do argumento dedutivo, que obriga a um vínculo explícito.

As duas modalidades de vínculo não se opõem, elas correspondem a situações argumentativas diferentes.

A comparação obriga a se ter um olhar preciso, quase uma busca da similitude que beira a busca do idêntico. Perelman classifica a comparação na categoria de argumentos “quase lógicos”. Em contrapartida, a metáfora autoriza correspondências subterrâneas que se alimentam, às vezes, no mais profundo do nosso ser e de nossa cultura.

A metáfora é um argumento quando ela é colocada a serviço da defesa de uma tese ou opinião. A busca de uma analogia para provocar a adesão e sua forma mais extrema, que é a metáfora, é talvez o mais frágil e o mais poderoso dos raciocínios argumentativos.

A comparação é freqüentemente usada na vida cotidiana para argumentar. É uma das formas mais difundidas de argumentação. A comparação será mais usada com argumentos de reenquadramento.

A comparação, na sua versão mais simples, pode se basear em dados aparentemente mensuráveis. No universo da argumentação, a comparação deve comparar apenas elementos que.... não são totalmente comparáveis.

A comparação tem uma dimensão material muito forte. Perelman lembra que Plotin, para argumentar sobre a superioridade de Deus, disse que “Ele não deve ter absolutamente nenhuma relação com nada” (1970, p.329, *apud* BRETON 1999,

p. 136). O procedimento místico consiste justamente em afastar-se de qualquer comparação possível.

A analogia, diz-nos Breton (1999), é um argumento se for usada para convencer, raciocinar e não ilustrar uma informação. E ele cita como exemplo um debate sobre a censura à Internet em que François Benveniste, falando em nome dos “provedores” afirmava: “Do mesmo modo que não se vai demolir a cidade porque existem bairros perigosos, não se vai proibir o acesso à Internet por causa de alguns sites duvidosos”. (BRETON, 1999, p.138). A vantagem do argumento aqui é a visibilidade que ele traz.

Para ter força, este tipo argumento, afirma Breton (1999), supõe que se conheça e aceite previamente o fato. A analogia geralmente apela para um acervo cultural comum.

Continuando em sua teoria, Breton (1999) nos apresenta o pensamento de Reboul para quem a ilustração é um exemplo que pode ser fictício, cujo papel é de dar uma “presença à consciência”. Neste sentido, é mais uma figura ornamental do que um argumento propriamente dito. Já o modelo é um exemplo forte, pois é proposto como uma norma que deve ser imitada.

2.3 O Ethos: a Imagem de Si no Discurso

Já foi dito que a língua é dotada de intencionalidade. Pesamos, julgamos, escolhemos o que dizer e o que não dizer com vistas a um objetivo determinado.

Neste sentido, Ruth Amossy (2005) ensina que “falar é trocar”, é “mudar trocando”. Nos textos que vamos analisar, os oradores se defendem de uma acusação. Na sua defesa, uma pessoa deve passar uma imagem de si com vistas a desfazer uma imagem negativa anterior, de modo a provar sua inocência.

Vimos que a construção do *ethos*, da imagem de alguém, da língua, do discurso e, por conseguinte da argumentação têm vários pontos em comum e, por isso, faremos um breve apanhado do assunto por entendermos que ele completa a teoria até agora apresentada, no sentido de que corrobora vários aspectos anteriormente expostos.

Na mesma linha do que foi visto até aqui, tomamos emprestado alguns ensinamentos de Amossy (2005) pelo enfoque da autora no que concerne à interação verbal que se estabelece entre locutor e auditório ou locutário, como prefere Amossy, o que mais uma vez corrobora a postura defendida pela teoria, o fato de a língua constituir o social, ao mesmo em que é constituída por ele.

Primeiramente, Amossy mostra a origem do conceito de *ethos*, encontrado nos antigos e segundo o qual “designava-se pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório. Lembrando os componentes da antiga retórica, Roland Barthes define o *ethos* como “os traços do caráter que o orador deve mostrar ao auditório para causar boa impressão: é o seu jeito (...) O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não aquilo”. (1966, *apud* AMOSSY, 2005, p.10)

A Pragmática, ensina Amossy (2005, p.12), desenvolve o conceito da imagem de si no discurso já que a ela interessa o modo pelo qual o locutor age sobre o locutário na troca verbal. A autora afirma que os “interactantes exercem, uns sobre os outros, uma rede de influências mútuas. E mais, Amossy entende que “dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro”. (*apud* AMOSSY, 2005, p.12)

Ainda de acordo com Amossy (2005), o interesse dos retóricos por algumas técnicas discursivas que visavam à persuasão tem muito pouco a ver com o estudo atualmente feito pela pragma-semântica, no qual a argumentação está inscrita na língua e se define como a lógica dos encadeamentos dos enunciados.

Tomando os ensinamentos de Maingueneau, Amossy afirma:

a maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida em que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. (MAINGUENEAU,1984, *apud* AMOSSY, 2005, p.24)

Seguindo nesta mesma linha, a autora explica que assim como a palavra a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. A noção de *ethos* também encontra a retórica, a partir da qual Maingueneau (1984) retoma a idéia de “discurso eficaz”.

A autora nos ensina que a reelaboração da noção de *ethos* na Pragmática e na Análise do Discurso ocupa o centro da cena. Maingueneau “retoma e refina as categorias de cena e de cenografia que introduzira em seus trabalhos precedentes para fazer o levantamento de como o *ethos* aparece não apenas no discurso argumentativo, mas em toda troca verbal”. (MAINGUENEAU, 1984, *apud* AMOSSY, 2005, p.24)

Para corroborar a idéia de como o *ethos* e a Análise do Discurso se encontram a autora cita Jean-Michel Adam, que situa o *ethos* no entroncamento do campo lingüístico da análise do discurso e da teoria da argumentação, ao tomar emprestado um conceito-chave de Grize. Na sua teoria, Grize desenvolve uma perspectiva sobre a argumentação fundada na lógica natural, no interior da qual propõe a noção de “esquematização”. (ADAM, *apud* AMOSSY, 2005, p.24; GRIZE, *apud* AMOSSY, 2005, p.25).

Um esquema constitui uma representação discursiva por definição parcial e seletiva de uma realidade construída pelo discurso: a esquematização se refere tanto a atividades de construção (a enunciação) quanto ao resultado (o enunciado)”.’

Ainda segundo a autora, as análises de discurso praticadas por Maingueneau, Amossy e Haddad indicam, por vias diversas a necessidade de se considerar a posição do locutor como ser empírico no campo em que ele se situa (político, intelectual, literário ou outro).

Essa dimensão sociológica remete aos trabalhos de Pierre Bourdieu (*apud* AMOSSY, 2005, p.26), que propôs uma reinterpretação da noção de *ethos* no quadro do conceito de *habitus* (conjunto de disposições duráveis adquiridas pelo indivíduo no processo de socialização). Uma articulação entre a AD e a sociologia dos campos, relativa à noção de *ethos*, parece se impor aqui.

“Alan Viala, fiel ao conceito de *habitus*, considera que o *ethos* permite a adesão aos valores comungados por um grupo social dominante, que os faz passar por indiscutíveis”. (AMOSSY, 2005, p.26) Ao tratar das estruturas dos discursos, a autora explicita ainda que a primeira parte do discurso começa com um apelo emotivo. Em seu “Tratado de Argumentação”, Perelman e Olbrechts-Tyteca enfatizam que no epidíctico (elogios) o orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório.

Mais adiante, Amossy (2005) afirma que no discurso, elabora-se assim uma interação verbal que o leitor pode recompor ao reunir um conjunto de elementos freqüentemente esparsos e lacunares em uma representação familiar (o intelectual engajado, o humanista etc). Esse estereótipo se deixa apreender tanto no nível da enunciação (um modo de dizer) quanto no enunciado (conteúdos, temas). A imagem de si construída no discurso é constitutiva da interação verbal e determina, em grande parte, a capacidade de o locutor agir sobre seus alocutários.

A análise retórica que examina o *ethos* como construção discursiva em um quadro interacional se articula, ao mesmo tempo com a pragmática e a reflexão sociológica. A primeira, a pragmática, permite-lhe trabalhar a materialidade do

discurso e analisar a construção do *ethos* em termos de enunciação e de gênero de discurso. A segunda, permite-lhe não somente destacar a dimensão social do *ethos* discursivo, mas também sua relação com posições institucionais exteriores. A construção discursiva, o imaginário social e a autoridade institucional contribuem, portanto, para estabelecer o *ethos* e a troca verbal da qual ele é parte integrante.

A autora defende a tese de que talvez se possa dizer que o *status* de que goza o orador e sua imagem pública delimitam sua autoridade no momento em que ele toma a palavra. Entretanto, a construção da imagem de si no discurso tem, em contrapartida, a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica de campos. Em outros termos, a autoridade do locutor também é produzida pelo discurso, em uma troca verbal que visa a produzir e a fazer conhecer sua legitimidade.

Neste ponto entendemos ser oportuno transcrever um ensinamento de Perelman a respeito do *ethos*:

de posse de uma imagem compreendida por seu auditório, um orador só poderá desenvolver sua argumentação se se ativer às teses admitidas por seus ouvintes; caso contrário, corre o risco de cometer uma petição de princípios. Resulta desse fato que toda argumentação depende, tanto para suas premissas quanto para seu desenvolvimento, principalmente, do que é aceito, do que é conhecido como verdadeiro, como normal e verossímil, como válido: desse modo, ela se ancora no social, cuja caracterização dependerá da natureza do auditório. (PERELMAN, *apud* AMOSSY, 2005, p. 123)

Entende Amossy (2005) que no discurso elabora-se, assim, uma imagem verbal que o leitor pode recompor ao reunir um conjunto de elementos freqüentemente esparsos e lacunares em uma representação familiar (o intelectual

engajado, o humanista, o homem rude do campo etc). E prossegue dizendo que esse estereótipo se deixa apreender tanto no nível da enunciação (um modo de agir) quanto no enunciado (conteúdos, temas). A imagem de si construída no discurso é constitutiva da interação verbal e determina, em grande parte, a capacidade de o locutor agir sobre seus alocutários.

2.4 A Ideologia Presente na Língua: as Idéias de Thompson

Aliada ao aspecto discursivo, argumentativo e à imagem que o orador procura passar de si para aqueles a quem fala, cabe agora introduzir o conceito de ideologia tal como foi concebido por Thompson (1995), pois a ideologia é de suma importância para a análise crítica do discurso, desde que a língua é interação que acontece num ambiente social e na perspectiva de um dado momento histórico.

O autor enfoca a ideologia de uma forma crítica em oposição a outros autores que a vêem de uma forma neutra. Ensina Thompson (Thompson, 1995, p. 72) que “ideologia, de acordo com as concepções neutras, é um aspecto da vida social, uma forma de investigação social, dentre outros tantos, e não é nem mais nem menos atraente do que qualquer outro”.

Thompson (1995), contrário dos demais autores, enfoca a ideologia de uma forma crítica e acredita que ela se constitui num instrumento poderoso para aqueles que tenham a capacidade e os recursos necessários para adquiri-la e empregá-la.

A ideologia toca na linguagem no ponto em que ela estuda a forma pela qual os sentidos são construídos. O autor enfoca o aspecto dos sentidos que servem para embasar e manter relações de dominação. Ensina Thompson que “os fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. (THOMPSON, 1995, p. 76)

Em outras palavras, o autor defende que para serem ideológicos tais fenômenos devem estar inscritos em um contexto social e histórico determinado e com vistas a manter relações de dominação. E o autor volta a enfatizar o aspecto da dominação quando afirma que não importa se na essência as formas simbólicas são verdadeiras ou falsas, mas se elas atingem o objetivo da dominação. Neste ponto, cabe conceituar o que sejam formas simbólicas. Thompson se refere às formas simbólicas nos seguintes termos:

por formas simbólicas, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são reproduzidos por sujeitos e reconhecidos por eles como construtos significativos. e que o grupo social reconhece como construtos significativos. As falas lingüísticas e as expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a este respeito. (THOMPSON, 1995, p. 79).

Diz o autor que de acordo com a posição social que as pessoas ocupam, as formas simbólicas adquirem relevância ainda maior, pois a posição social tem relação com a quantidade e o grau de acesso aos recursos disponíveis. Ele identifica cinco aspectos das formas simbólicas, a saber, o aspecto intencional, o convencional, o estrutural, o referencial e o contextual.

A dominação a que Thompson se refere acontece quando

as relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito. (THOMPSON, 1995, p. 80).

A seguir somos apresentados ao que o autor distingue como modos de operação da ideologia e os denominam de legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

A seguir passaremos a conceituar cada um dos modos citados acima.

Tomando as lições de Max Weber, Thompson (1995, p. 82) esclarece que a legitimação consiste em se estabelecer e sustentar uma relação social como algo justo e digno de apoio. Os fundamentos que embasam a legitimação são os racionais, que fazem apelo à legalidade das regras dadas; os tradicionais, que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais; os carismáticos, que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade.

A legitimação apresenta três estratégias para operar sobre aqueles que visa influenciar. A primeira é a estratégia da racionalização, segundo a qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais e com isso persuadir uma audiência de que o que ele diz é digno de apoio. A segunda estratégia que se apresenta é aquela da universalização, por meio da qual os acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são

apresentados como servindo aos interesses de todos e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido. Por último aparece a estratégia da narrativização, que está inserida em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. De fato, nos diz Thompson (1995, p. 83), as tradições são muitas vezes inventadas a fim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão. Discursos e documentários são estruturados como narrativas que retratam relações sociais e manifestam as conseqüências de ações de modo tal que podem estabelecer e sustentar relações de poder.

Um outro modo de operar a ideologia é a dissimulação. A dissimulação se utiliza do deslocamento, da eufemização e do tropo (sinédoque, metonímia, metáfora).

Pelo deslocamento, um termo que é utilizado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é utilizado para se referir a um outro e, com isso, as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa.

A estratégia da eufemização consiste em que ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva. Thompson explica que existe um espaço vago, aberto e indeterminado em muitas das palavras que nós usamos, de tal modo que a eufemização pode se dar por meio de uma mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível.

Por tropo, o autor entende o sentido figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas.

A sinédoque, explica Thompson, consiste na junção semântica da parte e do todo. Essa técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações das coletividades e suas partes. Como exemplo, o autor cita termos como “os ingleses”, “os americanos”, “os russos”, ou seja, governos particulares dentro de um estado-nação.

Thompson afirma que o uso figurativo da linguagem é uma característica bastante comum do discurso cotidiano, sendo uma maneira eficaz de mobilizar o sentido no mundo sócio-histórico.

A unificação consiste na construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Ela opera de duas formas: ou pela padronização ou pela simbolização da unidade.

Um exemplo apontado de padronização é o fato de autoridades do Estado procuram desenvolver uma língua nacional, em um contexto de grupos diversos e lingüisticamente diferenciados. Estabelecer uma linguagem nacional pode servir para criar uma identidade coletiva entre os grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dialetos dentro dos limites de um estado-nação.

A simbolização pela unidade pode estar interligada com o processo de narrativização, símbolos de unidade podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo.

Mais adiante, Thompson nos fala que a ideologia também opera pela fragmentação. Essa estratégia se utiliza do que ele chama de diferenciação e do expurgo do outro. O objetivo seria o de segmentar indivíduos ou grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes.

A diferenciação acontece quando se dá ênfase às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de construir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder.

O expurgo do outro se dá quando o inimigo é tratado como desafio ou ameaça diante do qual as pessoas devem se unir.

A reificação opera de três formas, a saber: a naturalização, a eternalização e a nominalização/passivização. Nela, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. O seu caráter sócio-histórico é eclipsado. A ideologia, como reificação, envolve a eliminação ou a ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos, ou, tomando uma frase sugestiva emprestada de Claude Lefort, ela envolve o reestabelecimento da “dimensão da sociedade sem história, próprio coração da sociedade histórica”.

A naturalização é uma das formas pelas quais a reificação age. Um fato histórico ou social pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais, do mesmo modo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres pode ser retratada como um resultado de características fisiológicas dos sexos, ou de diferenças entre sexos. Esse é um bom exemplo.

A eternalização consiste em que fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes imutáveis e recorrentes. Costumes, tradições e instituições, que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, adquirem, então, uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social, e seu caráter aparentemente histórico é reafirmado através de formas simbólicas que, na sua construção, como também na sua pura repetição, eternalizam o contingente.

A reificação também pode operar no interior da língua, utilizando-se de vários recursos gramaticais e sintáticos, tais como a nomilização e passivização. Dá-se a nomilização quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes. A nomilização e a passivização concentram a atenção no ouvinte ou leitor em certos temas em prejuízo de outros. Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas. Elas também tendem a eliminar referências a contextos espaciais e temporais específicos, através da eliminação de construções verbais.

Representando processos como coisas, diluindo atores e ações, apresentando o tempo como uma extensão eterna do tempo presente, são maneiras que essas estratégias encontram de restabelecer a dimensão da sociedade “sem história” no coração da sociedade histórica.

Thompson chama a atenção para algumas das estratégias e maneiras como o sentido pode ser construído e difundido no mundo social, e para algumas das maneiras como o sentido, assim difundido, pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Estratégias de construções simbólicas são os instrumentos com os quais as formas simbólicas, capazes de criar e sustentar relações de dominação, podem ser produzidas.

Ao analisar a ideologia, estamos no campo da mudança de sentido e das relativas desigualdades, da ambigüidade e do jogo de palavras, de diferentes graus de oportunidade e acessibilidade, da decepção e da autodecepção, do ocultamento das relações sociais e do próprio processo de ocultamento.

A interpretação da ideologia levanta problemas especiais, pois ela se interessa pela interpretação dos fenômenos aos quais já foi, de certo modo, dado algum sentido pelas pessoas que os produzem e os recebem, e que estão ligados, de maneiras complexas, aos interesses e oportunidades dessas pessoas. Podemos lidar adequadamente com esses problemas somente se prestarmos cuidadosa

atenção às características desse campo de análise, e se examinarmos as maneiras como interpretações particulares podem ser defendidas e criticadas, questionadas e sustentadas.

Thompson procura com suas idéias mostrar que toda interpretação é aberta a suspeita e é precisamente por causa disso que, ao apresentar uma interpretação, nós devemos também apresentar razões e fundamentações, evidências e argumentos que, do nosso ponto de vista, tornam essa interpretação plausível; se, contudo, essa interpretação é plausível, se as razões e fundamentações são convincentes, não é uma questão que possa ser julgada apenas pelo intérprete.

Por isso, a ideologia mantém a concepção crítica, um instrumental crítico que chama nossa atenção para a gama de fenômenos sociais que podem ser – e que muitas vezes o são no curso da vida cotidiana – objetos de crítica e interligados num conflito. O conceito de ideologia, de acordo com a formulação proposta por Thompson, chama nossa atenção para as maneiras como o sentido é mobilizado a serviço dos indivíduos e grupos dominantes, isto é, as maneiras como o sentido é construído e transmitido pelas formas simbólicas, e serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações sociais estruturadas das quais alguns indivíduos e grupos se beneficiam mais que outros, e que alguns indivíduos e grupos têm interesse em preservar, enquanto outros procuram contestar. Do estudo da ideologia, entendido nesse sentido, mergulha, então, o analista no campo do sentido e do poder, da interpretação e da contra-interpretação, onde o objeto de análise é uma arma empregada numa batalha que se trava no terreno dos símbolos e dos signos.

2.5 Conclusão das Referências Teóricas

As teorias vistas anteriormente se entrelaçam no sentido de que mostram a instrumentalidade da língua, pois, ao mesmo tempo em que podemos agir sobre ela, somos por ela influenciados, ao construirmos e concebermos o mundo social.

As idéias apresentadas pelos autores compõem um todo coeso, pois englobam o sistema lingüístico, com suas características próprias, aliado a fatos históricos e à circulação da ideologia, que conferem um tom de evidência do real, que faz os integrantes da sociedade aderirem a determinada tese, com base em seus interesses. Assim, evidencia-se o caráter intencional da língua, derivado da interação entre os indivíduos.

3 METODOLOGIA

3.1 O Tema

O tema deste trabalho consiste na análise de dois discursos apresentados por dois Parlamentares da Câmara dos Deputados e as estratégias argumentativas por eles utilizadas nos seus respectivos discursos de defesa sobre envolvimento no episódio do mensalão.

3.1.1 Questões de Pesquisa

- 1) Como se dá a abordagem nos referidos discursos com referência à família, ao sofrimento e à humilhação pública;
- 2) A recorrência a citações de pessoas ilustres ou históricas como base para a argumentação de defesa.

3.1.2 A Coleta de Dados

Os discursos analisados foram pesquisados no site da Câmara dos Deputados.

As referências teóricas tiveram como fonte os livros dos seguintes autores: Helena N. Brandão; Phillippe Breton; Ruth Amossy; Charaudeau e Maingeneau; Perelman e Olbrechts-Tyteca; Michel Foucault; Marilena Chauí e Uwe Flick.

3.1.3 Justificativa da Coleta de Dados

A Câmara dos Deputados é a Casa Legislativa de maior relevância do Brasil. As leis ali produzidas incidem diretamente sobre a vida dos cidadãos brasileiros.

As modernas tecnologias dos meios de comunicação propiciam rápida transmissão de informações e maior transparência dos fatos que acontecem no país. Nossos representantes estão mais expostos e são mais cobrados nas suas ações.

No caso em tela, parlamentares acusados de receberem recursos indevidos apresentam seus discursos de defesa e se submetem ao julgamento dos seus colegas deputados. Esse, portanto, é um fato recente e inédito na história do país. Os eleitores acompanham de perto, pela TV Câmara e por outros meios de comunicação tais como emissoras de tevê, jornais, revistas semanais e até pela internet, os fatos relacionados às ações dos parlamentares na sua condição de representantes do povo. Assim vamos analisar como se buscaram construir os referidos discursos no sentido do envolvimento do auditório, invocando-se aspectos como a família e os valores como forma de se atingir um consenso quanto à inocência dos envolvidos.

3.1.4 A Análise Empreendida

Cabe lembrar ao empreendermos tal estudo, nos embasaremos nos conceitos da análise qualitativa de dados.

3.2 A Análise Qualitativa

Flick (2004) ensina que a relevância específica para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida. Segundo ele, expressões-chave para essa pluralização são a “nova obscuridade”, a crescente “individualização das formas de vida e dos padrões biográficos” e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida (HABERMAS, 1996; BECK,1992; HRADIL,1992, *apud* FLICK). Essa pluralidade exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. As narrativas agora devem ser limitadas em termos locais, temporais e situacionais.

Surgem novos contextos e perspectivas sociais. Conseqüentemente, a pesquisa é cada vez mais obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários “conceitos sensibilizantes” para a abordagem de contextos sociais a serem estudados. Aqui, as teorias são desenvolvidas a partir de estudos empíricos. O conhecimento e a prática são estudados como conhecimento e prática *locais* (GEERTZ, 1983, *apud* FLICK).

O estudo dos significados subjetivos e da experiência e da prática cotidianas é tão essencial quanto à contemplação das narrativas e dos discursos (BRUNER, 1991; SARBIN, 1986, HARRÉ, 1998 *apud* FLICK).

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos.

Podemos resumir o que foi dito acima dizendo que a pesquisa qualitativa envolve: a apropriabilidade de métodos e teorias; as perspectivas dos participantes e sua diversidade; a reflexividade do pesquisador e da pesquisa; e a variedade de abordagens e métodos.

Para Bortz, (*apud* FLICK, 2004), o critério para a avaliação do objeto de pesquisa consiste em definir se os métodos disponíveis (e, mais ainda, aceitos) podem ou não ser empregados para estudá-lo. O fato de que a maioria dos fenômenos da realidade, de fato, não possam ser explicados de forma isolada é resultado da complexidade da realidade e dos fenômenos. Se todos os estudos empíricos fossem planejados exclusivamente de acordo com o modelo das nítidas relações de causa e efeito, todos os objetos complexos teriam de ser excluídos. Essa é a primeira solução para o problema da análise de causas abrangendo diferentes aspectos, mencionado por Bortz.

Uma segunda solução é levar em conta condições contextuais em planos complexos de pesquisa quantitativa (por exemplo, análises multiníveis: SALDEM, 1986, *apud* FLICK) e entender modelos complexos empírica e estatisticamente. A abstração metodológica necessária dificulta a reintrodução das descobertas nas situações cotidianas em estudo. O problema básico – de que o estudo pode apenas mostrar que o modelo subjacente da realidade já abrange – não é resolvido dessa maneira.

A terceira forma de resolver o problema é buscada na pesquisa qualitativa: planejar métodos tão abertos que façam justiça à complexidade do objeto em estudo. Aqui, o objeto em estudo é o fator determinante para a escolha de um método e não o contrário. Os objetos não são reduzidos a variáveis únicas, mas são estudados em sua complexidade e totalidade em seu contexto diário. Portanto os campos de estudo não são situações artificiais em laboratório, mas as práticas e as interações dos sujeitos na vida cotidiana. A meta da pesquisa concentra-se mais em descobrir o novo e desenvolver teorias empiricamente embasadas. Os critérios centrais na pesquisa qualitativa consistem em determinar se as descobertas são embasadas em material empírico e se os métodos foram adequadamente selecionados e aplicados ao objeto em estudo.

Os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita da produção de conhecimento, assim como as subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa. As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação, sendo

documentadas em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto. Ou seja, o contexto desempenha um papel relevante quando se pesquisa um determinado campo. O meio deve ser considerado no estudo dos objetos de pesquisa.

Flick (2004) ensina ainda que várias abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa. Os pontos de vista subjetivos são um primeiro ponto de partida. Uma segunda corrente estuda a elaboração e o curso das interações, ao passo que uma terceira busca reconstruir as estruturas do campo social e o significado latente das práticas.

Em sua discussão sobre a “agenda da modernidade”, Toulmin (1990, *apud* FLICK) explica detalhadamente porque ele considera as ciências modernas disfuncionais. Como um caminho rumo à filosofia e às ciências em geral e, assim, à pesquisa social empírica, ele enxerga quatro tendências: o retorno ao oral; o retorno ao particular; o retorno ao local; o retorno ao oportuno.

3.3 Conclusão da Metodologia

A pesquisa qualitativa mais uma vez corrobora o que se disse até aqui sobre como a língua é criada no seio da sociedade, diante de um dado momento histórico pois, como vimos, há que se considerar em nossa pesquisa os múltiplos ambientes em que a língua se desenvolve, levando também em conta como o pesquisador, enquanto parte do social, influi na sua pesquisa com relação aos dados e aos participantes que investiga.

4 A ANÁLISE DO CORPUS

Dando prosseguimento ao estudo da língua como discurso e com base na teoria anteriormente apresentada, passaremos à análise de dois textos argumentativos de autores diferentes. Nossa intenção é tão-somente verificar como os mecanismos lingüísticos e o contexto histórico-social exercem influência sobre a argumentação, não nos interessando emitir qualquer juízo de valor quanto às opiniões das fontes transcritas.

4.1 A Abordagem quanto à Família, ao Sofrimento, à Humilhação Pública.

(1) *“Venho de uma família modesta do interior de Minas Gerais e trabalho para sobreviver desde os 12 anos de idade. Para a formação de meu caráter contribuíram tanto os valores morais que recebi da família quanto as necessidades que encarei, que moldaram minha alma para uma vida desambiciosa e simples. De meus pais, Ciro e Dalva, recebi a orientação moral e cristã que cultivo com muita gratidão”.*

A menção ao trabalho desde os 12 anos de idade demonstra que é uma pessoa que desde cedo cultivava valores. A dificuldade por que passou ensinaram-no a virtude da simplicidade, valor suscitado e que prepara o auditório para o que vai dizer a seguir. A origem humilde o legitima, ele se torna uma pessoa confiável por lembrar que sempre trabalhou, construiu uma vida baseada no trabalho. No último trecho cita valores universais e que criam uma interseção entre a sua pessoa e seu

auditório. Ele se utiliza, portanto, da estratégia da unificação, ele é igual a todos que ali estão.

Ele afirma que encarou dificuldades. O verbo encarar passa a idéia de ser uma pessoa corajosa, que não foge das dificuldades, o que se torna mais um ponto positivo da sua personalidade.

(1) *“O motivo básico que me deu forças para agir assim foi o fato de eu ser um pai de família. Sinto-me muito honrado por ser pai de quatro filhos, dois ainda crianças e dois adolescentes, e vê-los aqui nas galerias, junto de minha esposa. (...) disse a mim mesmo: eu preciso educar bem os meus filhos! Que moral, que autoridade terei para dar o exemplo de pai que pode andar de cabeça erguida, em paz com sua consciência, na certeza de manter uma atitude reta na vida, que moral terei para ensinar meus filhos, minha filha e meus três filhos, a serem pessoas independentes se eu não tiver a dignidade, a coragem de levar minha defesa até às últimas conseqüências, explicando todos os fatos, enfrentando a situação, mesmo sendo, em alguns momentos, tão atacado? Por isso eu disse a eles: “Filhos, fiquem serenos; aconteça o que acontecer, vocês saberão sempre que seu pai é um homem digno”.*

A alusão recorrente à família passa a idéia de uma pessoa comprometida com suas responsabilidades, pessoa de valores morais, sociais. Ele traz à memória das pessoas algo que é comum a toda a família. Ele tem o apoio da família, pois esta reconhece nele um homem sério. Ele legitima assim a figura do homem íntegro, honesto, alguém que tem valores. Os vocábulos que mais expressam essa idéia são ‘honrado’ e ‘digno’. Sua estratégia é a da legitimação.

(1) *"Que moral, que autoridade terei para dar o exemplo de pai que pode andar de cabeça erguida, em paz com sua consciência, na certeza de manter uma atitude reta na vida, que moral terei para ensinar meus filhos, minha filha e meus três filhos, a serem pessoas independentes se eu não tiver a dignidade, a coragem de levar minha defesa até às últimas conseqüências, explicando todos os fatos, enfrentando a situação, mesmo sendo, em alguns momentos, tão atacado?"*

Mais uma vez o orador usa a estratégia da legitimação. Ao apontar o número de filhos, ele se legitima como pessoa séria. Diz da sua coragem ao enfrentar os fatos, valor amplamente difundido e apreciado pelo ser humano desde sempre, especialmente na nossa cultura, em que a coragem está estreitamente relacionada à figura masculina, portanto, um valor positivo a seu favor. Ele está ali para esclarecer os fatos, para se defender de injustificadas acusações.

(1) *"Tive o cuidado de preparar um pronunciamento por escrito, porque não quero correr o risco de me emocionar demais, o que seria muito fácil, uma vez que este caso tem sido um tanto doloroso para mim, ao longo dos últimos dez meses."*

Ele fala em preparação do discurso, em não se emocionar talvez para tentar passar a sua neutralidade, apresentando somente os fatos concretos para a apreciação do auditório. Esta é a estratégia da racionalização, bastante eficaz pois passa a mensagem de que diz o orador que se manter isento de fazer qualquer julgamento. Ele somente irá expor os fatos. Depois ele usa o vocábulo 'doloroso' e cita a duração de 'dez meses' para dizer do seu estado de ânimo. Ele apresenta sua situação e busca a simpatia do auditório em relação a ela, criando com este um

vínculo, uma aproximação, o que, segundo vimos na teoria, é uma das etapas da argumentação.

(1) *“Ao longo dos meses em que aguardei por este julgamento que ocorre aqui hoje, tenho sido um figurante neste que tem sido um dos mais terríveis e inimagináveis acontecimentos de minha vida. Ligado por um fio invisível e inquebrantável de esperança e fé, andei pelos escombros da vastidão de uma noite em que o pesadelo parecia nunca terminar.”.*

Chama a atenção o vocábulo figurante, como se ele tivesse sido vítima de uma situação que foi criada pelos “outros”. Figurante denota um afastamento, algo que não é real. Podemos reconhecer a estratégia de expurgo do outro, que se caracteriza, segundo Thompson, pela construção de um inimigo, interno ou externo. Isso se evidencia quando ele diz que “este é um dos mais terríveis e inimagináveis acontecimentos de minha vida”. Ele nunca pôde imaginar que se veria em tal situação.

(1) *“Hoje, para minha tristeza, estou também sendo citado como criminoso nesse relatório, não sei por que, mas agora estou tendo oportunidade de provar que tais ilações não se aplicam à minha pessoa”.*

Os vocábulos ‘tristeza’ e ‘criminoso’ são muito fortes. ‘Criminoso’ tende para uma generalização e, como toda generalização, é algo injusto de se dizer, pois não considera os fatos como eles realmente são. Thompson batizou esse tipo de estratégia de unificação. Por isso ele tem que provar que o que se diz não é verdade.

(2) *“E com essa clareza e terrível percepção que enfrentei o julgamento político. Tenho certeza de que ele maculou de maneira definitiva e irrevogável a minha vida pública, mas me ensinou lições de humildade, que me servirão muito como homem”.*

Os vocábulos ‘terrível’, ‘maculou’ e ‘definitiva’ são muito fortes e mostram o grande sofrimento por que ele passa. Ainda cita ‘humildade’ e ‘resignação’, vocábulos que remetem a uma idéia de religiosidade, de ser uma pessoa de fé.

Mais adiante, ele diz que enfrentou uma situação de julgamento que ele considera injusta, pois o julgamento é político, talvez querendo dizer que por isso mesmo ele seja parcial, tenha sido motivado mais por paixões do que pelos fatos em si. Portanto, o orador assume uma posição de vítima em todo esse processo. Então ele evoca a humildade e a resignação, o que significa que é um homem que cultiva e aceita os valores cristãos, apelando para os chamados valores conservadores. Falando dos valores cristãos, ele faz ecoar para muitos algo que está acima do humano e, por isso mesmo, incontestável.

4.2 A Recorrência a Citações de Pessoas Ilustres ou Históricas como Base para a Argumentação.

(1) *“E, veja, meu ilustre Relator, veio a esta Casa um bispo, um tradutor do processo canônico, um homem da CNBB, um homem lúcido, com seus 88 anos de idade, e confessou que para ele seria uma frustração se um homem como eu fosse um ladrão, falando abertamente, de forma até bem humorada, e todos reagiram bem às suas palavras. Ora, ele disse aquilo porque tem confiança em mim,*

pois há 25 anos conhece minha vida, assim como a população da minha terra também conhece.”

Ele se legitima ao mencionar, não o seu juízo, mas o juízo de um bispo da CNBB, uma autoridade incontestável, que o conhece há muitos anos, que conhece sua vida. Ele se utiliza da legitimação pelo argumento da autoridade. Observemos que ele cita que o bispo é tradutor do direito canônico e conta com 88 anos, portanto um homem culto, inteligente e respeitado, cujo julgamento não deixa margem a dúvidas.

(1) *“Como bem dito pelo poeta Carlos Drummond de Andrade: “A lei não basta. O lírio não nasce da lei”. Há que se julgar tendo como parâmetro a conduta moral e ética do Parlamentar, além de sua honradez como cidadão e representante do povo que o elegeu. Esse, sim, é o julgamento político justo.”*

(1) *“Ao encerrar meu pronunciamento, peço licença para citar, mais uma vez, um dos paladinos da aplicação do Direito com estrito senso de justiça, o renomado jurista Rui Barbosa, que contra o cometimento de qualquer forma de injustiça assim manifesta”:*

“A menor injustiça pode operar instantaneamente as mais sanguinosas comoções, como uma gota d’água poderá determinar o esboroamento de um dique fendido lentamente pelos anos, ou a mínima fagulha produzir uma conflagração num depósito subterrâneo de explosivos”.

(1) *“Há algum tempo, li este texto de um dos mais importantes dramaturgos da literatura mundial, que parece aplicar-se a mim e aos que estão sendo julgados, talvez até mesmo salve a muitos dos que aqui se encontram”:*

(...)

“Existem nesse texto de William Shakespeare ainda outras lições que eu aprendi na minha própria vida”.

(1) Neste trecho ele cita a autoridade de uma figura de renome e reconhecida em todo o país para embasar sua argumentação. Este é, portanto, um argumento de autoridade. Além do mais, ele condena a generalização, dizendo que se deve avaliar a pessoa em particular, sua honradez, sua história de vida, o fato de que foi eleito por milhares de pessoas. Todos esses fatos o legitimam como pessoa honesta e de bem. Identificamos, portanto, a estratégia da legitimação e o argumento da autoridade.

(1) Ele cita Rui Barbosa e mais especificamente um trecho sobre injustiça. Rui Barbosa é um dos pensadores mais respeitados e fundantes da cultura brasileira, um homem de extraordinário saber legal, cujos ensinamentos são fartamente citados nos meios jurídicos, nas defesas dos réus nos tribunais. Portanto, essa citação contém uma pesada carga de legitimação, legitimação essa que é incontestável.

Além disso, a referida citação fala da injustiça, e como ela, mesmo que ínfima, assim como os explosivos, possui um efeito devastador, algo que não pode ser detido e que provoca estragos irrecuperáveis aquilo ou a quem lhe sofre os efeitos. No caso, os estragos recairiam sobre a pessoa do orador, sobre sua honra.

(1) Procura enquadrar sua situação citando um trecho de Shakespeare, reconhecida e respeitada figura nos meios literários, cujos ensinamentos são acatados há gerações, de especial relevo na cultura mundial, principalmente nesta nossa cultura ocidental. Assim, ele se legitima pela autoridade. As lições contidas na citação do dramaturgo inglês, segundo o orador, estão contidas em sua própria vida, o que constrói a sua imagem como homem de valores.

(2) *“O Padre Vieira, de modo exemplar, nos dizia que é fácil compreender e aceitar que nos tornaremos pó quando morrermos, porque isso é visível aos nossos olhos. O que é difícil é aceitar e compreender o pó que já somos. “Lembre-se, homem, de que tu és pó””.*

Aqui aparece a citação de um padre, de uma pessoa histórica, respeitada, portanto, um argumento de autoridade, e que unifica todos os homens. Todos os homens são iguais. Passa a idéia da humildade do orador, pois ele reconhece sua condição humana e por isso aceita o sofrimento. Mais uma vez o orador evoca valores conservadores, como o da religião, algo, portanto, que não pode ser argumentado, ou seja, que encontrará indubitável eco no auditório.

4.3 Conclusão do Corpus

Retirados de uma situação bem determinada, ocorrida em um momento específico da história do país, os textos analisados vêm corroborar mais uma vez o fato de que a língua é um construto social, dotada de intencionalidade e que o sistema lingüístico não encerra em si toda a língua, mas antes é uma ferramenta de que os falantes se utilizam para construir sua concepção de mundo e, com isso, influenciar no seu meio social, de modo a obter desta adesão às suas idéias, pois é característico do ser humano querer fazer com que seu ponto de vista prevaleça sobre os dos seus pares.

4.4 Conclusão

A língua é pré-existente a qualquer sistema lingüístico que tenha a intenção de amarrá-la em suas possibilidades. Tais possibilidades são quase infinitas e derivam da vontade de cada falante e do uso que ele queira fazer dela em uma situação particular. Sendo suas possibilidades incontáveis, decorre daí que o momento da enunciação, o momento em que se diz algo, é único.

Esse momento da enunciação, ao qual nos referimos, entretanto, está embasado e toma como referência dizeres anteriores, históricos e sociais, que contribuíram para formar a personalidade do falante e a concepção que ele faz do mundo que o cerca. Em outras palavras, cada falante concebe a realidade tomando por base o modo como se acha inserido nela.

Por não estar só no mundo, o falante adequa sua fala à fala daqueles com os quais convive, sempre tentando persuadir seus interlocutores de que a sua opinião, o seu ponto de vista é o melhor e, por isso, é o que deve prevalecer, mesmo porque ao falar nós o fazemos com determinada intenção, queremos comunicar algo e esperamos que o nosso ouvinte partilhe de nossas idéias. Portanto, aspectos como interação e intenção são fundamentais no dizer das pessoas. Chegamos desse modo ao conceito de discurso, definido como o dizer de determinado grupo social, que congrega interesses comuns.

O discurso é a visão da realidade que determinado grupo social apresenta ao seu interlocutor. No seu discurso, um grupo procura justificar o seu modo de agir e de pensar.

É sobre o objetivo maior da prevalência do seu dizer e da sua opinião sobre a dos demais que se constitui a ideologia que, como vimos, trata-se de um construto social. Ela pode ser definida como formas criadas artificialmente com finalidades específicas. Vimos também que a ideologia do grupo dominante busca justificar-se como algo natural e racional com vistas a manter sua relação de dominação sobre aqueles com os quais convive.

Constatamos assim que a língua se assenta sobre o lingüístico, o histórico-social e o ideológico. O mais interessante, porém, e o que mais nos chamou atenção, foi o seu caráter argumentativo. De fato, não podemos subestimar

a força do argumento. O argumento tem força para transformar a realidade e somos sujeitos ativos nessa transformação.

O estudo empreendido nos proporcionou uma nova visão das coisas. Agora, somos capazes de identificar estratégias argumentativas de que um orador se utiliza para exercer influência sobre uma determinada audiência, sobre nós. Assim, nos tornamos mais críticos, mais atentos e estamos em melhores condições de identificar as reais intenções de um orador por trás de seu discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos* (Org.). São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. 14^a reimp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 8.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002
- BRETON, Phillipe. *A Argumentação na Comunicação*. Bauru, S. P.: Ed. EDUSC Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- CHARAUDEAU, P. ; Maingueneau, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. 8. reimp. da 2. ed. de 2001. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos.)
- CUNHA, Celso; Cintra, Lindley. *Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FLICK, Uwe. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.
- PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado de Argumentação – A Nova Retórica*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. 6. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

www.camara.gov.br; Acesso em 09/06/2006 e 15/06/2006.

ANEXOS

ANEXO 1

Orador 1

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos e familiares presentes nas galerias, que, devo destacar, cobriram longas distâncias para estar aqui, vindo não só de Minas Gerais, mas de outros Estados, movidos pela força da amizade e pela simples solidariedade; funcionários da Casa, profissionais da imprensa que se fazem presentes, milhares, talvez milhões de brasileiros que acompanham pela TV Câmara e outros meios de comunicação estes julgamentos, particularmente o meu, em primeiro lugar, quero dedicar uma pequena parte deste meu discurso para fazer alguns agradecimentos.

Tive o cuidado de preparar um pronunciamento por escrito, porque não quero correr o risco de me emocionar demais, o que seria muito fácil, uma vez que este caso tem sido um tanto doloroso para mim, ao longo dos últimos 10 meses. Além disso, não desejo correr o risco de emitir palavras ou juízos que não sejam os mais absolutamente corretos, bem examinados e refletidos. Basta o mau presságio que tenho vivenciado nos últimos meses, somando-se a todo o aprendizado que tenho acumulado em minha vida.

Desta forma, agradeço aos milhares de cidadãos que me enviam e-mails, aos que oram por mim, por confiarem na minha integridade, nos meus gestos até então, e também nas minhas palavras, inclusive as de que a justiça há de ser feita hoje neste plenário. Agradeço também a todas as lideranças políticas, religiosas, sindicais e pastorais com as quais convivo e que, ao longo deste tempo de muita dificuldade que venho enfrentando, souberam ser amigas e fizeram-se presentes. E agradeço de modo particular aos colegas Parlamentares, a todos os que aqui se encontram e aos que, independentemente de coloração partidária ou de paixão política, quando os procurei para falar a respeito do meu caso, me ouviram com atenção, tratando-me com dignidade e respeito, o que reforçou minha crença no Parlamento e na democracia brasileira.

Agora, passo ao discurso que preparei.

Ao longo dos meses em que aguardei por este julgamento que ocorre aqui hoje, tenho sido um figurante neste que tem sido um dos mais terríveis e inimagináveis acontecimentos de minha vida. Ligado por um fio invisível e inquebrantável de esperança e fé, andei pelos escombros da vastidão de uma noite em que o pesadelo parecia nunca terminar. Como encontrar a saída? Isto que estou vivendo não é um sonho! Da noite para o dia, a realidade lançou-me numa das provações mais fortes da minha existência. Mas mesmo quando a realidade é assim tão chocante e a dor tão cortante, é possível, ainda bem!, parar e adentrar o mais profundo do nosso próprio ser.

Assim, esta minha experiência pôs-me diante de duas escolhas: negar as denúncias e fugir para longe, renunciando ao meu mandato, ou dizer a verdade, provar minha inocência e aguardar o que há de vir. E após exatos 10 meses em que fui citado na imprensa nacional por ter recebido recursos para as minhas campanhas eleitorais, aqui estou eu, com a consciência tranqüila, a saúde boa e a alma, naturalmente, doída. Graças a Deus!

Escolhi, abnegadamente, o caminho mais arriscado, por se tratar do mundo da política, porém o único em que me sinto de bem com a vida, com V.Exas., com o povo brasileiro, com minha família e com meus amigos. A verdade é o caminho que vem me dando clareza, força e resistência para chegar à conclusão deste processo de julgamento político com transparência e coerência, agindo sempre pautado pela boa-fé.

Até aqui busquei não mentir nem me omitir quanto às minhas ações, e continuo pedindo a Deus que me dê força e coragem para que assim seja, hoje e sempre. É certo que eu poderia ter sido mais prudente dentro deste espinhoso ofício da política, porém me conformo ao perceber que não existe absoluta segurança perante os grandes e inevitáveis vendavais que se apresentam em nossas vidas.

Estou nesta Casa no meu segundo mandato. Venho de uma família modesta do interior de Minas Gerais e trabalho para sobreviver desde os 12 anos de idade. Para a formação de meu caráter contribuíram tanto os valores morais que recebi da família quanto as necessidades que encarei, que moldaram minha alma para uma vida desambiciosa e simples. De meus pais, Ciro e Dalva, recebi a orientação moral e cristã que cultivo com muita gratidão. Eles ensinaram a mim e a todos os meus irmãos as lições básicas de honestidade, honradez, decência e pudor, não somente em palavras, mas em suas práticas de vida.

Assim, ao ingressar na atividade política como fundador do PT, tendo sido Vice-Prefeito e Prefeito de Ipatinga, conquistei credibilidade para eleger-me Deputado Federal e reeleger-me com 99.976 votos, em 2002, dada a forma correta e transparente com que me dedico ao trabalho parlamentar. Todas as minhas contas dos exercícios de mandato eletivo foram aprovadas sem ressalvas. Em nenhuma ocasião me enquadrei em qualquer processo de corrupção.

Infelizmente, em meio à tempestade política que vivemos no Brasil nos últimos meses, em consequência dos desarranjos históricos e estruturais deste nosso Estado e do sistema nacional de financiamento das campanhas eleitorais, recaíram tragicamente sobre os ombros de duas dezenas de Deputados Federais todas as falhas do mundo político brasileiro, como se de uma vez só houvessem sido encontrados os ladrões, os criminosos responsáveis pelas históricas mazelas estruturais da política deste nosso País.

A Câmara dos Deputados foi colocada no centro de uma crise institucional e ética, num clima de acirramento político inédito, suas dimensões determinadas pela grande mídia pelo episódio conhecido como “mensalão”, diante do que se criou um processo inquisitório com prejulgamentos, achincalhamentos, humilhações e condenações sumárias, sendo que, no início, a nossa versão dos fatos era praticamente desconsiderada, quando não deturpada.

Instaurados os devidos processos formais, cada Parlamentar acusado agiu de forma coerente com a sua história de vida e suas convicções.

Quero para ilustrar a intensidade do achincalhe a que fomos submetidos no início deste processo, citar aqui um episódio ocorrido à porta da sede do PT em São Paulo, quando tive de encarar quase uma centena de profissionais da imprensa brasileira, numa entrevista coletiva, e alguns jornalistas mais exaltados trataram-me como um criminoso, dirigindo-me termos ofensivos, chamando-me de ladrão - era a palavra que ecoava ao meu redor. Entretanto, mesmo diante de todas as agressões, nunca deixei de falar abertamente com a imprensa, não fugi, não me omiti, não busquei outro caminho senão o da verdade.

Hoje, para minha tristeza, estou também sendo citado como criminoso nesse relatório, não sei por que, mas agora estou tendo oportunidade de provar que tais ilações não se aplicam à minha pessoa, de explicar todos os fatos que motivaram tais denúncias. Desde o momento em que fui envolvido nesta crise, antecipando-me à CPI dos Correios, à CPI da Compra de Votos e à Corregedoria da Câmara, ofereci meus sigilos bancário, fiscal e telefônico. A Polícia Federal sequer me fez qualquer argüição ou intimação. Procurei o ilustre Deputado Osmar Serraglio, e disse-lhe: “Estou aqui para colaborar. V.Exas. encontraram apenas uma quantia de R\$ 126 mil, mas há mais recursos que foram repassados com a autorização do partido para financiar minha campanha para Prefeito e que não estão na lista”. S.Exa. abaixou os óculos e perguntou-me: “Como pode V.Exa. falar dessa forma? Aqui a maioria das pessoas não diz a verdade, e V.Exa. está dizendo a verdade”. Respondi-lhe que só a verdade poderia salvar-me de um processo tão cruel.

Para minha tristeza, porém, toda a verdade que eu expus, está sendo usada de uma maneira que não compreendo, e com crueldade estou sendo censurado e tentam condenar-me, eu, que sempre procurei cumprir minhas obrigações legais, tanto que tomei o cuidado de guardar por um longo período todos os documentos fiscais emitidos à época da prestação dos serviços nas campanhas, documentos esses que integram a prestação de contas por mim encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O Sr. Relator produziu uma interpretação dos fatos, sabemos disso; mas estou com seu relatório em minhas mãos e nele não há qualquer comprovação que me coloque na condição de criminoso.

Não cabe ler aqui o relatório, porque seria enfadonho, mas, é preciso dizer, não sei como foi omitido um trecho do parecer dado pelo Egrégio Tribunal de

Minas Gerais: *“Não obstante entender possíveis de serem revistas as decisões judiciais, em matéria dessa natureza, porque são de ordem administrativa e não ensejam, então, a coisa julgada material, reputo tecnicamente inviável a análise da documentação acostada na espécie, dado que não guardadas as normas e instruções impostas pela Justiça Eleitoral para a apresentação de contas suplementares ou retificadoras, nos termos da legislação. O processo foi, então, encaminhado à Corregedoria, para que esta o examinasse.”*

Portanto, não houve uma condenação cabal. E fico temeroso diante da tendenciosidade da afirmação feita, até porque não houve, repito julgamento final conclusivo; caso contrário, o processo não teria sido encaminhado à Corregedoria.

Jamais cogitei renunciar meu mandato. Nos dias mais tenebrosos deste processo, ao ser consultado por companheiros do PT, também denunciados, sobre se havia alguma possibilidade de eu renunciar, respondi que respeitava os que assim procedessem, mas para mim essa hipótese estava totalmente descartada. Mesmo assim, nos dias seguintes circulou um forte boato sobre a minha renúncia, na Casa e na mídia, e para desfazê-lo precisei divulgar uma nota intitulada: “Não renuncio!”, e encaminhei para todos os gabinetes o pronunciamento que fiz nesta tribuna reafirmando minha decisão.

O motivo básico que me deu forças para agir assim foi o fato de eu ser um pai de família. Sinto-me muito honrado por ser pai de quatro filhos, dois ainda crianças e dois adolescentes, e vê-los aqui nas galerias, junto de minha esposa. E não digo isso com a intenção de recorrer a qualquer tipo de apelação. Eu pensei muito, olhei bem no fundo do meu coração, e quando tomei a decisão de não renunciar, disse a mim mesmo: eu preciso educar bem os meus filhos! Que moral, que autoridade terei para dar o exemplo de pai que pode andar de cabeça erguida, em paz com sua consciência, na certeza de manter uma atitude reta na vida, que moral terei para ensinar meus filhos, minha filha e meus três filhos, a serem pessoas independentes se eu não tiver a dignidade, a coragem de levar minha defesa até às últimas conseqüências, explicando todos os fatos, enfrentando a situação, mesmo sendo, em alguns momentos, tão atacado? Por isso eu disse a eles: “Filhos, fiquem serenos; aconteça o que acontecer, vocês saberão sempre que seu pai é um homem digno”.

Na minha terra natal, costumamos dizer: não entregue a rapadura. Eu não posso entregar, não há como entregar a minha honra, que é o mais precioso valor que tenho na vida. Na minha percepção, a maioria dos homens públicos mantém a alma em sintonia com a verdade e com a justiça. Desde o início destes acontecimentos recebi o apoio e a solidariedade dos companheiros Parlamentares. E a imprensa, que desde o começo exagerou em seus prejulgamentos condenatórios, fez repercutir em todo o território nacional meu julgamento no Conselho de Ética, registrando a correção da minha conduta, questionando a veracidade das acusações, apontando as contradições existentes no relatório que pediu minha cassação, e, na realidade, houve contradições.

Analise V.Exas. mesmos a maneira como a imprensa brasileira se portou nessa crise, notem a que profundidade ela penetrou, com que intensidade ela

lançou ao público tudo que ficou sabendo. Ela não protegeu Parlamentar algum. Pois bem, no dia em que fui julgado no Conselho de Ética, todos os grandes jornais deste País perceberam que algo estava fora do lugar, que a situação estava meio complicada, que estavam sendo usados dois pesos e duas medidas. E não fui quem disse isso; todos os repórteres presentes naquela sessão do Conselho de Ética tiveram essa percepção.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, até onde as paixões políticas podem chegar para simplesmente aniquilar com a vida de um ser humano que sempre se pautou pela dignidade? Às vezes, prezados pares, sinto-me como se estivesse sem roupa diante de V.Exas., diante do meu País. Às vezes parecia que eu exalava um odor diferente, tal era o incômodo de muitas pessoas ao conversar comigo. Mas num juízo fino da minha conduta, na minha inabalável consciência de homem honesto, na certeza de não ter cometido nenhum crime, nenhum delito, firmei meu pensamento no alto, porque não havia outro jeito de agir, e segui adiante.

Quero agora registrar meu agradecimento ao Sr. Deputado Jairo Carneiro pela gentileza com que sempre me tratou, e hoje vejo que este é o comportamento comum do povo baiano. Agradeço a V.Exa. a elegância no trato, a abertura que teve para me ouvir em todas as oportunidades em que o procurei para me explicar, para falar de forma aberta, sincera e leal, tentando elucidar a situação para que não ficasse ranço algum dessa história, para que seu relatório fosse desprovido de qualquer tendência e pudesse servir para que os companheiros fizessem um juízo preciso dos acontecimentos reais, pois V.Exa. tem uma história de dignidade nesta Casa e uma grande capacidade, assim como responsabilidade e respeito por parte de seus pares. Entretanto, todo o meu esforço para trazer à lume a verdade foi desconsiderado. Os fatos foram enquadrados tão-somente sob o critério do texto frio da legislação eleitoral em vigor, com a intenção de sustentar os argumentos de que houve quebra de decoro parlamentar com o recebimento de vantagens indevidas.

Isso não é verdade! Não houve quebra de decoro parlamentar! Restou clara, no caso, a impossibilidade de enquadramento em comportamentos combatidos na legislação relativa à quebra de decoro. Solicitei ao Diretório Nacional do PT, na figura do Secretário Nacional de Finanças, os recursos necessários para pagar as despesas das campanhas para Deputado Federal, em 2002 e para Prefeito de Ipatinga, em 2004. Todos os recursos que a direção do partido repassou foram integralmente usados na liquidação de despesas de campanhas eleitorais. Isto está fartamente comprovado pelos documentos juntados à defesa apresentada nas diversas instâncias da Câmara dos Deputados e perante a Justiça Eleitoral. Se a Justiça não quis acatá-los, isso não significa que eu tenha praticado qualquer oportunismo. Há uma clara abertura na lei que me dá o direito de fazer a complementação suplementar, e foi o que eu fiz. E a legislação não é riscada na pedra. Nós não estamos mais na época do Código de Hamurabi. Não estamos mais na época do “olho por olho, dente por dente”. É preciso compreender que estamos no início de um novo século e que as relações humanas, as relações sociais, que devem ser regidas por leis, demandam dessas mesmas leis um mínimo de humanidade e flexibilidade. Não podem as leis ser como uma pedra a que nos amarram quando nos lançam no fogo das paixões.

Milhões de brasileiros esperam de nós a serenidade de uma consciência limpa, justa para colocar este País no lugar que ele merece no cenário mundial. É com essa consciência que eu afirmo: sequer um centavo dos recursos transferidos pela Executiva Nacional do partido foi incorporado ao meu patrimônio pessoal. Todos, absolutamente todos os recursos repassados e autorizados pelo PT foram empregados na liquidação dos débitos de campanha.

E veja meu ilustre Relator, veio a esta Casa um bispo, um tradutor do processo canônico, um homem da CNBB, um homem lúcido, com seus 88 anos de idade, e confessou que para ele seria uma frustração se um homem como eu fosse um ladrão, falando abertamente, de forma até bem-humorada, e todos reagiram bem às suas palavras. Ora, ele disse tudo aquilo porque tem confiança em mim, pois há 25 anos conhece a minha vida, assim como a população da minha terra também conhece. Esse bispo não tinha o dever de testemunhar a meu favor, e nós não poderíamos querer presumir que ele soubesse de todos os detalhes dessa imensa tempestade que sacode o Brasil neste triste momento da nossa história. Seria querer demais se esperássemos que D.Lélis Lara discorresse sobre todas as filigranas das relações do PT com as empresas e com outros partidos, sobre todos os motivos que culminaram com esses acontecimentos.

Portanto, num ato de boa-fé, assumiram minha defesa pessoas de boa índole, consideradas e respeitadas no Conselho de Ética, pela unanimidade dos Parlamentares que lá estavam como o Ministro Patrus Ananias, com sua força e sua história; o ex-Ministro e ex-Deputado Nilmário Miranda, hoje presidente do PT, o Bispo D. Lélis Lara e o Ministro Hélio Costa. Isto porque eu também agi de boa-fé, ao recorrer ao meu partido, amparado no princípio do interesse social, no princípio da segurança das relações jurídicas e sociais, segundo o qual as partes devem agir com confiança recíproca. A boa-fé objetiva exige a valoração da conduta correta e leal das partes.

Neste julgamento tenho a meu favor minha história de lutas em prol do povo da minha cidade e do meu Estado, sempre comprometido com os movimentos populares e sindicais na defesa dos direitos humanos, conforme demonstrou minha atuação na condição de Relator da CPMI da Imigração e de membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ninguém pode imputar-me qualquer pecha de culpa manifesta ou de dolo deliberado uma vez que eu não tinha conhecimento da origem formal dos recursos. Fui à empresa porque estava em campanha. Todos nós fazemos nossas campanhas. Chegaram para o tesoureiro R\$ 300 mil para a campanha de Prefeito. Disputamos o cargo dignamente, o candidato do PMDB e eu. Ele declarou ter usado 7 milhões; eu tinha muito menos. Meu tesoureiro foi até lá e pegou os R\$ 300 mil. Nem sei como foram pagas todas as dívidas que tínhamos, pois eram muitas. De todas, porém, temos as notas originais, e todas foram pagas.

Diante desse excesso de rigor e dessa pureza quase celestial que exigem de homens como nós, simples pecadores, fico examinando até que ponto essa legislação tem consistência, até que ponto a interpretação dada pelo ilustre Relator tem fundamento e marca algum norte rumo a resgatar esta Casa e o nosso País da grande conturbação em que vivemos. Infelizmente, esta Casa apenas virou o centro da grande agrura em que vive o Brasil. Acertaram um golpe bem no fígado da Câmara dos Deputados, trazendo ao exame e ao debate qual deve ser o futuro das nossas instituições, do Parlamento ao Executivo, passando pelo Judiciário – sim, pois, por que, meus amigos Parlamentares, apenas nós, Deputados, estaríamos sujeitos a incorrer em algumas falhas episódicas durante nossas campanhas eleitorais? Será que o Judiciário também não teria suas incongruências com relação à atenção para com as leis? Será que o Executivo também não as tem? Será que o mundo empresarial também não as tem, tanto a grande quanto a pequena empresa brasileira? Esse é o exame que temos de fazer de nós mesmos, o exame que temos de fazer do nosso País.

Um fato é certo: estou falando movido pela dor. Quando se fala movido pela dor, não há como enganar. Haverá de chegar uma época nova para o Brasil, depois de todo esse sangramento de 10 meses que estamos sofrendo. O que de novo haverá de vir? Penso que alguns valores morais inarredáveis ao aprimoramento da prática democrática no poder serão consagrados e considerados daqui para frente.

E que valores morais são esses, para não entrarmos nos vãos moralismos que facilmente resvalam para a perda de foco? Podermos resgatar o Brasil daqueles tempos em que, pela gênese da construção da nossa história política, vinham para cá alguns piratas degredados que, como todos sabemos, também se embrenhavam na constituição do poder, este poder ao qual hoje estamos dando seqüência.

Eram cidadãos não bem vistos, eram presidiários que cumpriam sentenças e foram os degredados portugueses que vieram para cá e aqui se estabeleceram nas capitânicas. E hoje aqui estamos, depois de 500 anos, buscando uma saída para o País diante dessa crise política, que também é uma crise ética e moral, como repete a imprensa todo o tempo. É preciso, portanto, apontar um novo rumo.

O legado que recebemos recomenda termos cuidado daqui para frente, pois parece que o que vale como sempre percebi na política brasileira, é a “lei de Gerson”: o melhor é levar vantagem! Mas percebam meus prezados Deputados, que em algumas democracias se buscam maiores condições de dar às pessoas o pão, a casa, uma maior cidadania, uma melhor distribuição de renda. Não se pode negar também que essas nações estão arrancando muito sangue da América Latina, dos países do Terceiro Mundo, e isso é até compreensível: o fato, porém, é que no Japão as leis são rigidamente cumpridas, assim como nos Estados Unidos, porque essa é a cultura que prevalece nesses lugares.

Não há como, não consigo compreender como se tenta arrancar de 20 Deputados – mesmo que cada caso seja um caso – a determinação de transformar o Brasil em um país limpo, com uma democracia pura, com todos, empresários, Judiciário, Parlamento, Senado, Câmara etc. praticando a lei 100%, porque quem não praticar será preso.

Na condição de membro da CPI da Imigração, é nosso dever de ofício fazer visitas a outros países. Por isso tenho visto como os impostos funcionam pelo mundo afora. Então, que outro legado temos de arrancar deste momento de sofrimento? Temos de mudar, temos de refazer nossas leis. A reforma eleitoral virou um jogo de empurra-empurra, pois não agradou à maioria dos setores; por isso não foi feita, e essa é a grande tarefa para a próxima legislatura.

Há grandes Deputados nesta Casa. De minha parte, considero-me um Parlamentar mediano. Alguns estão aqui há dez, quinze anos, ou até há mais tempo. Todos têm a lucidez de atuar nas áreas para as quais estão diretamente vocacionados, mas têm também o direito e o dever de estar aqui para auxiliar nas mudanças que precisam ser feitas. Espero que V.Exas. me dêem o direito de auxiliar nessas mudanças que a sociedade tanto clama, conforme ressalta a imprensa, que em parte exagerou, errou ao fazer condenações sumárias, mas não adianta querermos que a imprensa desempenhe no Brasil o mesmo papel que tem feito em qualquer lugar do mundo, porque é esse o nosso jeito, é essa a nossa realidade. Houve exageros? Houve, mas estamos sendo chamados à nossa responsabilidade para fazermos mudanças necessárias e profundas na estrutura do Estado brasileiro.

Todo mundo sabe que a reforma tributária foi realizada de maneira superficial. Vamos verificar a situação dos homens e mulheres que ocupam funções públicas. Como isso funciona nos países em que a legislação pode ser aplicada com rigor, por acúmulo, por inúmeros sofrimentos? A situação é muito diferente.

Prossigo na minha defesa. Não quero alongar-me porque V.Exas. precisam votar, e preciso desses votos, especialmente dos votos “não”.

Cabe ainda destacar o conceito de decoro parlamentar emitido pelo Sr. Relator: *“O decoro parlamentar, já vimos em processos anteriores, tem o sentido de decência, dignidade moral, pudor, brio, beleza moral que se impõem ao comportamento dos membros do Congresso Nacional”*. Palavras do Relator.

Ora, todos os membros do Conselho de Ética, ao manifestarem seus votos ao parecer do Relator, foram unânimes em destacar a retidão da minha pessoa, a minha conduta moral e ética, que se enquadra exatamente no conceito de decoro parlamentar proferido pelo Relator. E S.Exa. mesmo disse que sou um homem decente. Todos ouviram isso. Então, por que não considerou também as provas que apresentei e a minha história? Na verdade, condenou-me sem considerar meus bons antecedentes. Em qualquer julgamento, e V.Exa., Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, e os outros brilhantes juristas presentes sabem disso, os

bons antecedentes têm que ser considerados, até porque nesta Casa o julgamento é político na essência. Por isso, não é justo que eu seja enquadrado num acontecimento episódico, por uma falha que foi reparada junto à Justiça Eleitoral, em função da minha inteira determinação de agir com transparência e respeito pela Câmara dos Deputados e pela verdade dos fatos que vieram à tona. E, analisando detidamente o relatório, encontramos diversos pontos que por si só sustentam nossos argumentos, conforme demonstraremos a seguir.

O voto do Relator baseia-se unicamente na legislação eleitoral, como S.Exa. mesmo faz questão de dizer, sem ao menos considerar as provas por mim trazidas aos autos que, de forma clara, demonstram que os recursos transferidos foram, na sua totalidade, utilizados no pagamento de despesas de campanha eleitoral.

Sabemos que as leis foram e são criadas com o espírito de harmonizar a sociedade como um todo, propiciando aos homens uma convivência pacífica e respeitosa, sempre no caminho da evolução da humanidade. Usar as leis primando apenas pelo texto frio, ignorando o contexto, desconsiderando a história, não reconhecendo meus antecedentes, sujeita este Representado a sofrer uma injusta e cruel condenação, com danos irreparáveis à minha vida, se isso acontecer, como não quero crer.

Ora, se o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Mandado de Segurança nº 21.360, decidiu que o julgamento do processo de perda do mandato eletivo é de cunho político, torna-se incompreensível que o Sr. Relator se exima de apreciar e considerar importantes elementos do meu processo ao manifestar seu voto. Eis que surge a contradição, pois o Sr. Relator confronta com suas próprias afirmações, sustentadas nas decisões do Tribunal Superior.

Como bem dito pelo poeta Carlos Drummond de Andrade: “A lei não basta. O lírio não nasce da lei”. Há que se julgar tendo como parâmetro a conduta moral e ética do Parlamentar, além de sua honradez como cidadão e representante do povo que o elegeu. Esse, sim, é o julgamento político justo.

Como vemos, nobres Deputados, considerando a magnitude da decisão a ser tomada por este Plenário, não pode ela ser baseada tão-somente na legislação eleitoral. Esta Casa pode e deve ater-se a todos os elementos que integram o presente processo.

Entro agora no assunto referente à similaridade de alguns casos. Para tanto, quero, em primeiro lugar, reconhecer a admirável postura e a lucidez das palavras do nobre Deputado Roberto Brant em sua defesa durante todo o seu processo. Nesse sentido, peço licença ao Sr. Deputado Roberto Brant para destacar circunstâncias e procedimentos comuns às nossas situações, configurando, a nosso ver, política e juridicamente o mesmo enquadramento.

Chama-nos a atenção o fato de o Sr. Relator do meu processo ter defendido e votado favoravelmente ao Deputado Roberto Brant. Ora, a situação do ilustre Deputado Roberto Brant é similar à minha, uma vez que fomos candidatos a Prefeito na mesma época e as contribuições foram feitas por empresas privadas. Dizer que a minha fonte é ilícita e a do Deputado Roberto Brant é lícita não tem razão de ser. A empresa SMP&B comprovadamente repassou recursos para o Deputado Roberto Brant e também para a minha campanha. Por que então o Sr. Relator recorre a amplo arrazoado doutrinário, citando Rui Barbosa, para concordar com a licitude da fonte dos recursos do Deputado Roberto Brant, e impiedosamente recorre a outra base doutrinária para tentar enquadrar-me, sendo que a fonte final repassadora dos recursos do Deputado Roberto Brant é a mesma usada nas minhas campanhas, ou seja, a SMP&B?

Questiono também o enquadramento em crime. É crime pedir recursos financeiros ao partido? Não! Essa é a prática comum na política brasileira, devidamente amparada pelas leis vigentes que regulam o processo eleitoral.

Ao meu ver, a iniciativa de prestar contas suplementares ao T.R.E., com notas fiscais autênticas – o que para muitos colegas desta Casa foi uma atitude correta – tornou-se motivo de censura no relatório, tornou-se um fato desfavorável ao meu processo. Portanto, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que admitem a prestação de constas suplementares não foram devidamente apreciadas. Embora o Tribunal tenha tomado a última decisão, considero que ainda há muito o que se decidir na Procuradoria.

Sras. e Srs. Deputados, antes de concluir, peço-lhes desculpas pelo tempo que estou usando neste discurso, até porque durante tanto tempo não pudemos, a não ser algumas vezes, falar por sequer 5 minutos. Peço a V.Exas. compreensão e tolerância, e pergunto: quantos das senhoras e dos senhores aqui presentes já responderam a processos injustos, passíveis de condenações injustas?

Assim sendo, peço ao Plenário que, ao julgar meu processo, tenha como sustentáculo desse julgamento as importantes lições trazidas pelo jurista Rui Barbosa, muito utilizadas pelo Relator, e também o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, merecendo tratamento isonômico aqueles que se encontram em situações similares. Se assim não for, a meu ver, será cometida uma grave injustiça, maculando o sistema legal brasileiro, que privilegia o princípio da presunção da inocência.

Somente é cabível uma condenação, por menor que seja, estando presentes todos os elementos fáticos e legais que embasam a aplicação de uma sanção, o que não é o caso deste processo. As provas apresentadas são por demais eficientes para atestar que minha conduta é pautada na ética e na boa-fé. Dessa forma, vale ressaltar que a tipificação dos comportamentos supostamente

indecorosos não se opera de modo livre, casual ou subjetivo, não segue o fluxo das paixões políticas, mas orienta-se por cânones bem definidos, de grandeza constitucional. Somente uma prova robusta e isenta de qualquer dúvida contra minha idoneidade moral e minha inocência poderia ser utilizada para determinar a aplicação da pena capital ao meu mandato.

Ao encerrar meu pronunciamento, peço licença para citar, mais uma vez, um dos paladinos da aplicação do Direito com estrito senso de justiça, o renomado jurista Rui Barbosa, que contra o cometimento de qualquer forma de injustiça assim manifesta:

“A menor injustiça pode operar instantaneamente as mais sanguinosas comoções, como uma gota d’água poderá determinar o esboroamento de um dique fendido lentamente pelos anos, ou a mínima fagulha produzir uma conflagração num depósito subterrâneo de explosivos”.

Disse também o mesmo brilhante Rui Barbosa, na maturidade de sua vida:

“Quantas injustiças não terá feito a vaidade de fazer justiça?”

Srs. Parlamentares, depois desses 10 meses, que me pareceram 10 anos, ou, quem sabe? Até mais, nesta via-crúcis a que me submeti nesta Casa, peço mais dois minutinhos a V.Exas. Por gentileza, tolerem-me mais dois minutinhos. Há algum tempo, li este texto de um dos mais importantes dramaturgos da literatura mundial, que parece aplicar-se a mim e aos que estão sendo julgados, talvez até mesmo salve a muitos dos que aqui se encontram:

“Depois de algum tempo você aprende a diferença, a sutil diferença entre dar a mão e acorrentar uma alma (...)

Descobre que se leva anos para se construir confiança e apenas segundos para destruí-la, e que você pode fazer coisas em um instante, das quais se arrepende pelo resto da vida.

Aprende que verdadeiras amizades continuam a crescer mesmo a longas distâncias.

E que o que importa não é o que você tem na vida, mas quem você tem na vida.”

O que eu tenho na minha vida muito me importa.

“(...) Aprende que os ambientes e as circunstâncias têm influência sobre nós, mas nós somos responsáveis por nós mesmos.

Começa a aprender que não deve se comparar com os outros, mas com o melhor que você pode ser.

Descobre que leva muito tempo para se tornar a pessoa que se quer ser, e que o tempo é curto.

Aprende que não importa aonde já chegou, mas aonde está indo; mas se você não sabe aonde está indo, qualquer lugar serve.

Aprende que ou você controla seus atos ou eles o controlarão, e que ser flexível não significa ser fraco ou não ter personalidade, pois não importa quão delicada e frágil seja uma situação, sempre existem dois lados.

Aprende que os heróis fizeram o que era necessário fazer, enfrentando as conseqüências.

Aprende que paciência requer muita prática.

Descobre que algumas vezes a pessoa que você espera que o chute quando você cai é uma das poucas que o ajudam a levantar-se.

Aprende que maturidade tem mais a ver com os tipos de experiências que teve e com o que você aprendeu com elas do que quantos aniversários você celebrou.

(...)

Aprende que quando está com raiva tem o direito de estar com raiva, mas isso não lhe dá o direito de ser cruel (...).

Aprende que nem sempre é suficiente ser perdoado por alguém; algumas vezes você tem que aprender a perdoar a si mesmo.

Aprende que com a mesma severidade com que julga, você será em algum momento condenado”.

Existem nesse texto de William Shakespeare ainda outras lições que eu aprendi na minha própria vida.

Peço que, mantendo no coração e na consciência o profundo senso de justiça, V.Exas. liberem este Deputado, que tudo fez para comprovar a sua honra, a sua dignidade; mas, se assim não for, meus nobres Deputados, ainda me considero feliz diante de Deus, diante dos meus e diante da vida.

Muito grato a V.Exas. que me respeitaram diante desta via-sacra tenebrosa que venho enfrentando.

(Palmas.)

ANEXO 2

Orador 2

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por mais que minha imaginação seja fértil, jamais poderia supor que um dia ocuparia esta tribuna para defender meu mandato de Deputado Federal por um ato que violasse as regras do decoro parlamentar. Porém, quanto mais vivemos, mais nos reconciliamos com as exigências de humildade, que fazem de nós verdadeiramente homens. Por isso, estou aqui sereno e orgulhoso, sem humilhação no meu coração.

Há acontecimentos e situações na vida das pessoas que seguem um ciclo natural: elas nascem, desenvolvem-se, morrem, desaparecem. No entanto, e aqui vou usar um verso do poeta argentino Borges, há acontecimentos que continuam acontecendo para sempre. Essa é a marca desse acontecimento na minha vida pessoal. E tenho muitas provas de que acontecimentos dessa natureza perduram por muito tempo.

Chamou-me a atenção um fato após o falecimento do colega Deputado Ricardo Fiúza, ilustre Parlamentar, líder do Centro Liberal na Assembléia Nacional Constituinte, responsável por muitas das posições que acabaram prevalecendo na nossa Carta Constitucional. Posteriormente, S.Exa. foi Relator do projeto que tratou do Código Civil, um dos mais importantes documentos para a vida dos cidadãos brasileiros. Pois bem, o corpo de Ricardo Fiúza havia sido recém-enterrado em sua cidade natal de Recife. O necrológio omitiu todos esses elementos, mas lembrou, a quem já havia se esquecido, que S.Exa. havia sido processado por falta de decoro e que sua absolvição fora controversa.

Sr. Presidente, percebi com clareza, a partir da leitura desse necrológio, de um dos três principais jornais do País, que a condenação é definitiva, vale para sempre, é irrecorrível. A absolvição, não. Nós que somos lançados nesse processo, temos de ser absolvidos hoje e a cada dia da nossa vida. Ou nos escondemos no anonimato ou temos de nos defender sempre e implorar a absolvição dos outros. E com essa clareza e terrível percepção que enfrentei o julgamento político. Tenho certeza de que ele maculou de maneira definitiva e irrevogável a minha vida pública, mas me ensinou lições de humildade, que me servirão muito como homem.

Trago aos Srs. Deputados todos os elementos que compõem esse processo, e os interpretarei. A verdade é que as acusações são difundidas multiplicadamente e as razões da defesa do processado nem sempre ganham o mesmo relevo na atenção das pessoas.

Eu fui candidato a Prefeito de Belo Horizonte nas eleições de 2004 por uma contingência estritamente partidária, num pleito em que as minhas possibilidades de êxito eram ínfimas. Fiz uma campanha modestíssima, sem nenhum recurso. Para um eleitorado de um milhão e setecentos mil habitantes,

dispunha de dois automóveis da marca Gol e duas kombis, além de quinze rapazes e moças que faziam panfletagem. Fiz o programa de televisão e obtive apenas 7% da votação. Durante todo o processo eleitoral, nunca superei os 3%.

No meio da campanha, o presidente de uma das maiores empresas de Minas Gerais, a quem conhecia de décadas, telefonou para o meu celular pessoal e se ofereceu para contribuir para a minha campanha. Disse ele que esses recursos estariam disponíveis por intermédio da sua agência de publicidade.

Realmente, em duas ou três semanas, o presidente da agência de publicidade, que não é o Sr. Marcos Valério, mas o Sr. Cristiano Paz, também fundador dessa companhia há mais de vinte anos e, por igual período, responsável pela publicidade da USIMINAS, telefonou-me para colocar os recursos à disposição. Só que ele disse: “Não são 150 mil reais, como o presidente lhe havia dito, mas 102 mil, 810 reais e 76 centavos, porque descontei a comissão da agência e os impostos devidos”.

Recebi esses recursos e os mantive guardados com meu assessor. Assumi as responsabilidades pelo programa partidário de vinte minutos do PFL regional, que foi ao ar no dia 30 de maio de 2004, antes das convenções e do processo eleitoral. A responsabilidade tinha ficado sobre meus ombros.

Em Minas Gerais, temos sete centros de transmissão de programas. O PFL assumiu a retransmissão para seis regiões do interior, e eu fiquei com a responsabilidade do programa a ser retransmitido para a área de Belo Horizonte. Como eu tinha essa dívida e a minha campanha não prosperava, apliquei os recursos no pagamento dessa responsabilidade, que era exclusivamente partidária.

Passadas as eleições, instalada a CPMI dos Correios, recebi a informação, pelo meu assessor, de que o nome dele constava na lista sobre a quebra de sigilo bancário da companhia SMP&B. Ele disse que ia declarar que os recursos eram dele e que os havia usado. Eu disse: “Não, já que essa questão apareceu, agora temos de enfrentar isso como homens. A partir de agora, não interessa mais o meu futuro político. Agora vou mobilizar todo o meu esforço, todo o meu espírito para proteger o meu passado político e defender a minha honra. E nós só faremos isso com a verdade, sem disfarces, sem subterfúgios e principalmente sem covardia moral”. Assim foi feito. Tomei a iniciativa, liguei para os principais jornais do País, dei minha versão e não a alterei um segundo sequer até o dia de hoje.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios houve por bem produzir, em determinado momento, um relatório parcial em que listava todas as pessoas que haviam recebido recursos por aquela via, considerando todos igualmente. Eu não tenho nada a contestar a esse respeito. Quero apenas mostrar aos Srs. Parlamentares alguns elementos fundamentais na avaliação do meu caso e dos demais.

O Relator leu o relatório de 63 na tarde de quinta-feira, mas ele não pôde ser discutido. Não se concedeu a palavra a nenhum dos Líderes presentes. Também não se concedeu vista a nenhum Parlamentar pertencente à Comissão. Esse relatório, que foi lido durante três ou quatro horas, foi aprovado por votação simbólica. Ou seja, um processo em que se inicia a degradação moral de 18 Parlamentares, ex-Ministros, Líderes Parlamentares não foi sequer discutido pela Comissão. É um precedente que considero grave, e é preciso estar atento em relação a ele.

No relatório, que não vou ler para não cansar V.Exas., o Relator diz duas coisas que explicam um pouco porque ele não foi sequer discutido. Primeiro S.Exa. diz que pensou em graduar as diversas responsabilidades das pessoas ali elencadas, mas foi advertido pelo Senador Álvaro Dias, pela Deputada Juíza Denise Frossard e pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto de que, se assim o fizesse, estaria emitindo juízo de valor, e ele não poderia fazê-lo. No parágrafo seguinte, relata S.Exa. que também pensou em excluir alguns dos elencados, mas novamente os colegas o advertiram de que estaria fazendo juízo de valor.

Estou descrevendo este fato apenas para mostrar que a Comissão renunciou a emitir juízo de valor sobre a questão. Isso precisa ficar muito explicado, porque no meu depoimento no Conselho de Ética, alguns dos membros daquele Conselho disseram que o processo havia seguido uma longa caminhada e que, portanto, quando lá chegou, já veio carregado de evidências e indícios que apontavam para a nossa culpa. Não é verdade. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito produziu um relatório parcial e depois não produziram outros.

Todos se lembram do motivo de não ter sido dada à palavra a ninguém, de não se ter permitido a discussão. O pretexto que usaram era que havia uma exigência da opinião pública e que era preciso ser rápido para dar satisfações a ela. Ainda no curso de minhas palavras eu quero discutir que tipo de satisfação devemos à opinião pública. Sempre achei que devemos satisfação ao povo brasileiro, não à opinião pública, e essas duas entidades não se confundem.

Posteriormente, esse processo chegou à Corregedoria, que se livrou dele instantaneamente, com o que concordei. Ela enviou a todos nós uma carta dizendo que não estava fazendo, novamente, juízo de valor. Alguns Deputados optaram por recorrer. Eu não recorri, mas a Mesa da Câmara, independentemente disso, mandou que todos os processos voltassem à Corregedoria. O meu já estava pronto para ir para o Conselho de Ética, e foi. Lá, eu produzi a minha defesa.

O que eu disse na minha defesa, e foi confirmado agora pelo ilustre Relator do Conselho de Ética? Primeiro, que os recursos que recebi eram de origem estritamente privada, não tinham nenhuma conexão com recursos públicos. Segundo, que eu não me apropriei deles, em nenhum momento, em benefício pessoal. Terceiro, que eu deixei de usá-los na campanha eleitoral para quitar uma

dívida partidária e, por isso, não podia tê-los declarado em minha prestação de contas.

O Relator acatou textualmente todas essas alegações. Não vou repetir aqui suas próprias palavras, porque S.Exa. já as disse na outra tribuna, e eu apresentei uma pequena defesa a todos os Parlamentares, em que reproduzo essas expressões.

Então, qual foi a interpretação do Relator para pedir a cassação do mandato de um Deputado que representa cem mil mineiros?

Primeiro, disse S.Exa. que eu tinha intenção de usar os recursos na campanha. É a primeira vez que alguém será punido por ter tido intenção. E é difícil também captar ou surpreender essa intenção no coração, na intimidade de uma pessoa. Eu apenas disse, na minha defesa, que poderia tê-los usado, se a sorte da minha campanha fosse outra.

Em segundo lugar, disse o Relator que, embora formalmente eu não tenha violado a legislação eleitoral, em tese eu a violei. É a primeira vez que alguém é punido ou indiciado porque, em tese, violou uma regra de Direito.

Terceiro, eu devo ser cassado porque o meu partido não registrou o pagamento feito com os recursos que eu pus à disposição dele. Ora, não sou presidente, nem tesoureiro, nem secretário do meu partido. Eu não tinha autoridade nem competência para fazer essa declaração.

Esses foram os elementos que levaram o Relator e metade dos membros do Conselho de Ética a proporem a pena extrema e infamante, que é a cassação do meu mandato parlamentar.

Creio que o simples enunciado dessas questões já deixa clara a pungente inocência deste Deputado. Mas quero aproveitar essa oportunidade para chamar a atenção para algumas coisas. O primeiro dever do Deputado era dizer a verdade. E eu a disse o tempo todo. Não mudei meu depoimento, em nenhum momento. Segundo, não cometi infração de qualquer natureza, nem penal, nem eleitoral, nem sequer tributária. Fui Relator das principais legislações tributárias que há neste País. Eu as conheço bem. As contribuições, as doações, as transferências unilaterais não são tributáveis à pessoa física.

A USIMINAS fez um pagamento à SMP&B em troca de faturamento publicitário. Se houve algum ilícito tributário aí, ele não é de minha responsabilidade. É um negócio entre empresas, ao qual sou inteiramente alheio.

Quando recebi os recursos, não me apropriei deles para aumentar o meu patrimônio. Eu recebi uma doação. Os impostos foram descontados. De 150 mil, recebi 102 mil. Os recursos foram pagos a uma empresa que emitiu nota fiscal e recibo; portanto, ela pagou seus impostos. Nenhum tostão foi subtraído dos respectivos Erários. Não há um centavo de recurso público circulando em toda essa situação. E agora querem criar esse monstro exatamente com objetivos que são muito mais amplos.

Chamo a atenção para duas ou três questões que são uma espécie de testamento político. E um testemunho da minha reflexão pessoal sobre essas coisas que se passaram e sobre as que poderão ocorrer no futuro. Eu disse a um jornal que se os desastres ocorrem e não nos aproveitamos deles para preveni-los, nosso sofrimento não tem sentido. Esse sofrimento tem de servir para alguma coisa.

A primeira questão que levanto é que não se pode confundir decoro parlamentar com infração de lei eleitoral. Eu não infringi lei eleitoral nenhuma. Segundo o relatório, eu a infringi apenas em tese. Eu não a infringi nem em tese nem concretamente. Pergunto-lhes: é razoável, para se disputar uma eleição, uma norma eleitoral que não exprime valores morais permanentes? Ele exprime acordos políticos circunstanciais, que não dependem da correlação de forças, das circunstâncias que estamos vivendo.

Há meses estamos aqui discutindo para fazer uma lei eleitoral e nem sequer a fizemos. Alguém a fez em nosso lugar. Considerar que o rompimento de uma norma eleitoral pode significar conduta imprópria para o exercício da função parlamentar é um excesso, é um absurdo. Não podemos mais concordar com isso.

Podemos transformar o Congresso Nacional numa instância complementar da Justiça Eleitoral? A Justiça Eleitoral, no Brasil, é original. A maioria dos países nem Justiça Eleitoral tem. A Justiça Comum, o aparelho comum é que se reúne e regula as eleições. Aqui temos um custoso aparato. Então, vamos disputar as eleições, vamos ter as nossas contas pagas, aprovadas. Depois, vamos chegar aqui e todas as contas vão ser reabertas, porque os mandatos poderão ser questionados a qualquer momento. Não haverá mais estabilidade.

Pensem nas inumeráveis possibilidades de chantagem que podem existir. Uma empresa de maus propósitos pode ameaçar um Deputado, declarar que lhe deu caixa-dois e paralisá-lo, imobilizá-lo na sua atividade. Uma terrível ameaça paira sobre a nossa independência. Todo o corpo legislativo, assim como todo o corpo judiciário, cria em torno de si uma muralha de proteção, não para proteger o indivíduo, mas para proteger o exercício da função.

Aqui legislamos sobre matérias de muita importância, que mexem com preciosos interesses. Não podemos ter uma Assembléia acovardada, ameaçada a

todo o momento de ter questionada a natureza de seu próprio mandato. Estamos fazendo o papel da Justiça Eleitoral. E, por ironia do destino, a Justiça Eleitoral acaba fazendo o quê? O papel do Congresso Nacional. Deixo registradas essas reflexões porque elas são importantes.

Vou fazer referência agora à opinião pública, esse monstro que tantas vezes nos amedronta. Não é possível fazer política sem um pouco de coragem. Não me refiro à coragem dos insensatos, mas à coragem dos homens que têm medo. A verdadeira coragem é a daqueles que têm medo e o superam. É a coragem como escolha humana, não como instinto primitivo e insensato.

Temos de aprender a encarar a opinião pública. Ela não é o povo. É muito menor do que ele e não acerta sempre. Por várias vezes na história, a opinião pública estava equivocada. Se políticos e estadistas nunca a tivessem desafiado, o mundo estaria pior do que está.

Como se forma a opinião pública? De maneira quase leviana. O grande escritor peruano Mario Vargas Llosa chamou a atenção para o que ele denomina de banalidade lúdica da cultura moderna. O que é isso? As pessoas lêem os jornais, as revistas e assistem à televisão não para pensar, refletir e decidir, mas para se divertir. Não se aprofundam nos temas, têm horror à diversificação e às dificuldades. A opinião pública é formada de maneira quase instantânea e perigosa.

Meus senhores, dentro de cinco meses, o povo, — ele é muito maior do que a opinião pública — inscrito no colégio eleitoral brasileiro, vai cassar ou confirmar esses mandatos por si mesmo, por suas próprias mãos e não por seus intérpretes de ocasião. Não se submeterão aos interesses da circunstância. Estamos aqui considerando a hipótese de serem cassados dezoito Parlamentares do Congresso Nacional. Mesmo se uma hecatombe moral tivesse caído sobre nós, não se justificaria um desastre dessa dimensão e dessa escala.

Chamo a atenção, ainda, para outro ponto: a tragédia da condenação sem julgamento.

Como mostrei, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não realizou julgamento, a Corregedoria não realizou julgamento. Quanto ao Conselho de Ética, está no relatório, o Relator disse: “Este Conselho é um juízo de acusação”. Então, não se trata de julgamento. É Ministério Público, é polícia, é qualquer coisa.

O nobre Deputado Jairo Carneiro, do PFL, afirmou: “Não, nós não somos juízes de acusação. Nós também somos juízes de instrução”. Se for de instrução e acusação, também não é de julgamento.

Eu só estou sendo julgado aqui, agora. Mas temos o velho hábito de querer condenar sem julgar. Há setores na sociedade brasileira que, na verdade,

não são contemporâneos do presente. São remanescentes dos estágios mais primitivos da nossa formação cultural. Esqueceram-se de que o homem lutou durante séculos, talvez milênios, para adquirir o direito sagrado de não ser condenado sem julgamento. E estamos sendo condenados sem julgamento. Se somos absolvidos, é porque fizemos acordos espúrios. Já estamos condenados. Toda defesa é em vão, toda defesa é inútil. Srs. Deputados, o julgamento é aqui, como o voto secreto, de acordo com a consciência de cada um.

Há setores no Brasil que gostam da aparência da civilização, mas não estão dispostos a acompanhar as suas exigências rigorosas e, muitas vezes, exacerbantes. Dizem eles: “Civilização, sim, mas não tanto. Justiça, sim, mas não tanto”.

Meus amigos, se temos apenas um dever com o povo brasileiro é o de preservar-lhe o caráter absoluto da justiça, o valor civilizatório absoluto. Todas as conquistas da humanidade foram feitas a duras penas. Muita gente morreu, muita gente sangrou nos tribunais de exceção. Temos menos de um século de democracia e civilização no mundo ocidental. Não podemos considerar que isso seja apenas um luxo, nem podemos nos curvar à lógica da cultura do espetáculo, que deseja que tudo seja instantâneo. Os julgamentos levam tempo. Esvai-se o clímax, dissipa-se o interesse coletivo. Os procedimentos da Justiça e da democracia são os mesmos: decepcionantes para aqueles que não têm apreço pela Justiça nem pela democracia.

Abordo agora outra questão.

O Congresso Nacional está paralisado há vários meses. A agenda política está paralisada. Não se discutem os problemas do País, não se resolve o conflito de interpretações sobre os melhores caminhos para o futuro do Brasil e do nosso povo. A agenda política foi substituída pela agenda do moralismo, que coloca a sociedade olhando para o nada. Ela quer fazer as pessoas acreditarem que as alternativas de políticas públicas são semelhantes.

Não é verdade que as diferenças morais entre as pessoas é que são relevantes. Cada homem carrega em si o peso da sua condição humana. Ele tem virtudes e defeitos, é capaz de errar e acertar. Para cumprir a agenda política, teríamos de discutir aqui a reforma da Previdência, a reforma do Estado, a usurpação dos poderes da representação política por esses conselhos *ad hoc*, como COPOM etc. É uma pena, porque o Brasil tem pela frente penosas escolhas.

Um Estado que extrai 40% da renda nacional, e gasta quase tudo com salários, aposentadorias e juros, está doente. Ele condenará a sociedade ao colapso, ao desmoronamento. Vamos esperar 2007 para refazer nosso arsenal de idéias e discussões. Lamento, porque isso interessa aos grupos visíveis e invisíveis que controlam de fato as principais decisões do Estado brasileiro, qualquer que seja o governo. Esses grupos não toleram a mediação da política, têm medo de que o sistema livre democrático opere livremente.

Desconfiem da insistência, da reiteração das punições dessa agenda moral. Em política, já aprendemos que todas as coisas servem a alguém. Vamos identificar a quem serve tudo isso. Devemos investigar? Sim. Devemos punir? Sim. Vamos mandar os processos para o Ministério Público, para a Justiça Federal, mas não fiquemos paralisados nesta brilhante quarta-feira para julgar o destino do modestíssimo Deputado Roberto Brant. O Congresso Nacional tem coisa mais importante a fazer.

Meus amigos, agora vou falar de algo menos áspero e mais ameno. Apesar de tudo, tenho fé no País, acredito nele. Qualquer que seja o resultado da votação — e eu não concorrerei mais ao mandato parlamentar —, não quero deixar aqui a imagem de pessimismo. O grande pensador romeno, Cioran, dizia do pessimismo e da crueldade dos vencidos, daqueles que não perdoam a vida por ela ter-lhes negado as suas expectativas e esperanças. Estou vencido, mas não quero me vingar da vida. Muito pelo contrário. Sei perfeitamente que, durante a nossa existência humana, a dor e o desastre estão nos espreitando a cada passo. E é preciso estar preparado para esse encontro. Quando chegou a minha vez, percebi a imensa fragilidade dos destinos humanos e o insignificante papel que desempenhamos no teatro do mundo. Só o sofrimento nos traz essa clareza. O Padre Vieira, de modo exemplar, nos dizia que é fácil compreender e aceitar que nos tornaremos pó quando morrermos, porque isso é visível aos nossos olhos. O que é difícil é aceitar e compreender o pó que já somos. “Lembre-se, homem, de que tu és pó”.

A humildade, meus amigos, é o preço que se paga para se reconciliar com a ventura da vida real, embora ela seja uma espécie de tristeza. É a tristeza de sabermos que somos apenas nós mesmos e não a pessoa imaginária que pensávamos ser e que cada um de nós criou dentro do coração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a política é um dos raros ofícios humanos que exige do homem que ele saia de dentro de si para perder-se nos outros e para dissolver-se no mundo. Eu, para encontrar-me comigo mesmo, tive de fazer o caminho inverso: saí do mundo para internar-me dentro de mim mesmo. Para quê? Para buscar as reservas subterrâneas de compreensão, de energia e de esperança que todo ser humano guarda dentro de si.

Renuncio à vida pública, mas não lamento os anos que dediquei à política por vocação e vontade própria. Dediquei à política os melhores anos de minha vida. Apesar de o final se de melancolia e decepção, não me arrependo da escolha que fiz. Não tinha uso melhor para fazer da minha existência pessoal.

Há um verso de Vianinha, colocado numa canção de Edu Lobo, que diz: “Ah, se viver fosse chegar!” Claro que viver não é chegar. Viver é o caminho, é a

viagem, é a travessia. E isso valeu demais! Se eu tivesse outras vidas para viver, percorreria o mesmo caminho. Tenho imenso orgulho de ser Deputado e de ser político; tenho orgulho desta Casa por tudo que ela já fez; tenho orgulho das pessoas que estão aqui, dos funcionários, dos Parlamentares, enfim, tenho orgulho do pouco que aqui fiz.

Já convivi com muitas comunidades — sindicatos, associações — nesses anos todos. Nunca vi uma associação de homens que tivesse, na média, mais espírito público do que esta Casa.

Nunca fui Parlamentar de grande destaque pessoal; nunca fui líder partidário, de bancada; nunca fui membro da Mesa Diretora; nunca fui Presidente de alguma Comissão Permanente, embora elas sejam tantas e os Presidentes mudem todos os anos. Mas cumpri o meu papel com paixão e responsabilidade. Nunca envergonhei o Congresso Nacional, nem por um segundo de minha vida, por uma palavra minha, por uma atitude minha, por um gesto aqui dentro, na rua, fora do Brasil. Pelo contrário, sempre tive o máximo cuidado de dar à população uma imagem elevada e estimável de meu ambiente, de minha comunidade, deste Parlamento.

Vivi aqui os vinte anos mais produtivos da minha vida. Nesse período, fui Secretário da Fazenda por quatro anos, fui Ministro de Estado. E o meu patrimônio, que é mínimo, não se ampliou nesses vinte anos. Por disposição de espírito — não é uma escolha moral — e por formação educacional, nunca tive maior apreço pela riqueza, pela fortuna. De sorte que, ao me ver atingido por esse escândalo relacionado a recursos ilegítimos, sinto uma dor e um pesar irremissíveis, porque a luta nesse processo é desigual, totalmente desproporcional. De um lado estão instituições sociais poderosas e impessoais, Comissão Parlamentar de Inquérito, Comissão de Ética, Corregedoria, imprensa; de outro lado, o homem, sozinho com seu destino, no desamparo e na solidão.

Todos sabem o que é passar por isto: sentir a solidão que vem do desprezo dos outros e um pouco de vergonha pelas circunstâncias que estamos vivendo.

As asas da imprensa nos tornam multiplicados e transparentes. Estamos em toda parte, durante todo o tempo. Quase todo o Brasil sabe que me acusam de algo. Poucos saberão ou conhecerão as minhas razões, as minhas defesas.

É claro que de tudo isso ficará marca extremamente negativa. Mas a verdade é que eu me defendi como pude. Às vezes com a minha voz, com o meu silêncio, com o meu gesto, escrevendo, trazendo à memória as coisas que já fui, sempre deixando claro que eu não estava defendendo mais carreira política e algum direito ou interesse que pudesse ser medido patrimonialmente. Estava defendendo apenas a minha honra, porque é com isso que vou sobreviver.

Mas valeu a pena, apesar de tudo. Nesse caminho, eu recolhi muita bondade. Sou grato aos amigos de ontem, que não me deixaram, que foram uma espécie de luz na noite. Sou grato àqueles que nem sequer me conheciam, mas me abordavam no plenário e me chamavam, às vezes, até de senhor. A verdade é que o sofrimento nos torna pessoas mais elevadas. Isso ocorre com os doentes e com os processados. Mantém-se esse distanciamento das pessoas normais. Sou grato especialmente a todos aqueles que cruzaram o reino das diferenças políticas e vieram aqui, na outra margem, me abraçar.

Eu só peço a Deus que esses laços de fraternidade entre adversários políticos tenham também pontes de concórdia e consenso, amenizem os embates eleitorais e sirvam para a construção de consensos majoritários produtivos. O Brasil precisa de muitas transformações e espera bastante de suas elites. E esse é o papel dos políticos.

Eu não sou homem acima de qualquer erro: ao contrário. Estar acima de qualquer erro é estar livre da própria condição humana. Sempre que os homens querem ser mais do que homens, acabam se tornando muito menos. Eu não sou, nem V.Exas. feito de mármore ou de pedra. Nós somos feitos de quê? De carne, de sonho, de dor, de esperança. E porque somos homens é que podemos representar outros homens.

O grande André Malraux dizia, de maneira pungente, que os homens não conhecem palavras que possam expressar as suas dores mais profundas. É verdade. Por isso, passei quase todo esse tempo mais ou menos em silêncio. Agora, eu tenho de confessar que a amargura tocou minha alma; com seus dedos frios, atravessou-me com pungência. Dentro de mim nasceu um deserto, com o qual vou viver para sempre.

Muito obrigado.